



VANESSA STEIGLEDER NEUBAUER
TIAGO ANDERSON BRUTTI
FÁBIO CÉSAR JUNGES
DENISE TATIANE GIRARDON DOS SANTOS
(ORGANIZADORES)

**ANAIS DA IV MOSTRA
INTERDISCIPLINAR
DE LINGUAGENS E
HERMENÊUTICA**

VANESSA STEIGLEDER NEUBAUER
TIAGO ANDERSON BRUTTI
FÁBIO CÉSAR JUNGES
DENISE TATIANE GIRARDON DOS SANTOS
(ORGANIZADORES)

**ANAIS DA IV MOSTRA
INTERDISCIPLINAR DE
LINGUAGENS E HERMENÊUTICA**

Editora Ilustração
Cruz Alta – Brasil
2023



Copyright © Editora Ilustração

Editor-Chefe: Fábio César Junges

Revisão: A autora

Imagem da capa: Freepik

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M916a Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica (2023 : Cruz Alta, RS)
Anais da IV Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica [recurso eletrônico] / organizadores: Vanessa Steigleder Neubauer ... [et al.]. – Cruz Alta : Ilustração, 2023. 112 p.

ISBN 978-65-85614-22-1

1. Educação - Anais. 2. Hermenêutica. I. Neubauer, Vanessa Steigleder (org). II. Título

CDU: 37:061.3

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel, Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Whatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madrid, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	FEMA, Santa Rosa, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	SETREM, Três de Maio, RS, Brasil
Dr. Edegar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	IMED, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
<i>Denise Tatiane Girardon dos Santos</i>	
GRUPO DE TRABALHO 1: LINGUAGEM, HERMENÊUTICA E PRÁTICAS DISCURSIVAS	20
A ABORDAGEM COMUNICATIVA DA HERMENÊUTICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS SUJEITOS A PARTIR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR <i>STRICTO SENSU</i> : UMA ANÁLISE NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES - 2014/2020.....	21
<i>Denise da Costa Dias Scheffer</i>	
<i>Dieison Prestes da Silveira</i>	
<i>Klaus Vargas Karnopp</i>	
<i>Antonio Escandiel de Sousa</i>	
A PESQUISA QUALITATIVA E INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS	22
<i>Daiane Caroline Tanski</i>	
<i>Tiago Anderson Brutti</i>	
<i>Darina Fernandes Garro</i>	
<i>Sabrina Veloso Leal Pereira</i>	
A VIDA COMPARTILHADA E AS NOVAS TECNOLOGIAS	23
<i>Gabriela Dickel das Chagas</i>	
<i>Vaneza Cauduro Peranzoni</i>	
<i>Tiago Anderson Brutti</i>	
<i>Paolo Gomes Palmeiro</i>	
APONTAMENTOS ACERCA DE BENS E COMPETÊNCIA DA UNIÃO	24
<i>Luiza Gabrielle Borges Godoys</i>	
<i>Bianca Strücker</i>	
<i>Manuela Vieira Souza</i>	
<i>Rafael Lagunde Casarin</i>	

AS DIMENSÕES DA CULTURA E AS RELAÇÕES DE PODER..... 25

Angélica Hindersmann Rech

Denise Tatiane Girardon dos Santos

Tiago Anderson Brutti

Vânia Maria Abreu de Oliveira

ATIVISMO JUDICIAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
IMPLICAÇÕES NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS
MINORIAS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA 26

José Renan Corrêa Petri

Ellara Valentini Wittckind

DISCURSOS DE ÓDIO E A OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO
BRASILEIRO FRENTE AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E SOCIAL
DO PÚBLICO LGBTQIA+ 27

Varlei Machado da Rosa

Rosângela Angelin

MIGRAÇÃO VENEZUELANA: A LINGUAGEM, A INTERPRETAÇÃO
E A FILOSOFIA COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA
GARANTIR À DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, IDENTITÁRIA E
CULTURAL 28

Patrícia Socorro da Costa Cunha

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES NO CONTEXTO JURÍDICO:
DA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE A UMA HERMENÊUTICA
INCLUSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 29

Marigley Leite da Silva de Araujo

Rosângela Angelin

O EMOTIVISMO COMO PRESSUPOSTO METAÉTICO DO
POSITIVISMO NA TEORIA PURA DE HANS Kelsen 30

César Bisol

Priscila S. Biandaro

Andrielle Barboza Bernart

Andrea Cristina de Souza

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 31

Lucimara Rocha de Souza
Bruna Almeida da Silva
Tiago Anderson Brutti

O SÍMBOLO COMO GÉRMEN DE TODAS AS SIGNIFICAÇÕES POSSÍVEIS..... 32

Paulo Moutinho Barroso

POR UMA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: ATIVISMO OU PROTAGONISMO JUDICIAL?..... 33

Tamires Eidelwein
Laura Mallmann Marcht
Leonel Severo Rocha
Gilmar Antonio Bedin

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL: UM DIREITO FALIMENTAR 34

Bibiana Lirio Carvalho
Ingrid Schmitt de Almeida

REFLEXÕES SOBRE A “BANALIDADE DO MAL” NO HOLOCAUSTO: O JULGAMENTO DE EICHMANN E A RESPONSABILIDADE MORAL 35

Gabriela Portela Azevedo
Vanessa Steigleder Neubauer
Allana Agatha Viégas

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ALTERAÇÕES LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS 36

Julia Giovana Mera da Silva
Bianca Strücker

SÍNTESE SOBRE DIREITO NATURAL E JUSNATURALISMO..... 37

Samuel Rogério Verman Pereira
Vanessa Steigleder Neubauer

GRUPO DE TRABALHO 2: LINGUAGEM, PODER E POLÍTICA 38

A (IN) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO NACIONAL DOS CAÇADORES, ATIRADORES E COLECIONADORES (CACs), QUANTO AO PORTE DE ARMA DE FOGO PARA A DEFESA E TRANSPORTE DE SEU ACERVO..... 39

Gianluca Brum Berlezi

A (PERDA DA) IDENTIDADE DA MULHER ENCARCERADA..... 40

Daiane Specht Lemos da Silva

Fábio Ribeiro de Oliveira

Marisa Maria Ribeiro de Oliveira

A CONDIÇÃO SOCIOCULTURAL DA MULHER: O USO DO VÉU ... 41

Isadora Ferraz Reichembach

Raquel Buzzati Souto

Aline Antunes Gomes

A LIQUIDEZ EM TEMPOS MODERNOS E O PROCESSO REIFICADOR DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE DE CONSUMO: UM ESTUDO A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS..... 42

Aline Rodrigues Maroneze

Ellara Valentini Wittckind

ATIVISMO JUDICIAL: GARANTINDO O DIREITO À SAÚDE NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM MEIO À CRISE LINGUÍSTICA, POLÍTICA E DE PODER..... 43

Eliel Rocha Dorneles

BULLYING À LUZ DO DIREITO: UMA ANÁLISE JURÍDICA DESTE FENÔMENO 44

Darina Fernandes Garro

Vanessa Steigleder Neubauer

Raquel Buzatti Souto

Daiane Caroline Tanski

IDEAIS ÉTICOS CICERONIANO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO DA ÉTICA E DA JUSTIÇA..... 45

Gianluca Brum Berlezi

NATUREZA, PATRIARCADO E MULHERES: UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO?..... 46

Aline Rodrigues Maroneze

Lucimary Leiria Fraga

O ENREDO SOCIAL DO ABANDONO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA OBRA *CAPITÃES DA AREIA*, PELA VISÃO CONSTITUCIONAL..... 47

Raquel Camargo

Dandara Roberta Soares Conceição

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Antonio Escandiel de Souza

GRUPO DE TRABALHO 3: LINGUAGEM, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO 48

PODER SIMBÓLICO: UMA NARRATIVA DA EVOLUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA 49

Júlia Pavani Padilha

Roana Funke Goularte

Carla Rosane da Silva Tavares Alves

POR UM DIREITO QUEER: UM MANIFESTO ANTI-BINÁRIO 50

Lucimary Leiria Fraga

Aline Rodrigues Maroneze

RELAÇÕES ENTRE DIREITO E RELIGIÃO EM TEMPOS DE FUNDAMENTALISMO(S) NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 51

Alana Táise Castro Sartori

Noli Bernardo Hahn

SOBRE O MARXISMO NO DIREITO..... 52

João Pedro Silveira Aquino¹

Vanessa Steigleder Neubauer²

SUBJETIVIDADE, PODER E LINGUAGEM: UMA INVESTIGAÇÃO EM DELEUZE E GUATTARI..... 53

Alexandre de Lima Castro Tranjan

UMA VISÃO SOBRE ESTRUTURA SOCIAL E CRIME A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME CORINGA 54

Olivério de Vargas Rosado

Leonel Severo da Rocha

GRUPO DE TRABALHO 4: LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA 55

A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC) COMO ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA EM ETNOPESQUISAS-FORMAÇÕES . 56

Pedro Henrique Alves Santos

Leila Kalinny Gomes de Souza

Marcelo Silva de Souza Ribeiro

A COMUNICAÇÃO PARA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO 57

Allana Agatha Viégas

Vanessa Steigleder Neubauer

Gabriela Portela Azeved

Ketlin Tainá Rodrigues Brondolt

A EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL E SEU ACESSO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO 58

Fabício da Silva Aquino

Isadora Ferraz Reichembach

Laura Melo Cabral

Maria Bibiana Azevedo Patatt

A EDUCAÇÃO NO CHILE – LIÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO A SEREM APRENDIDAS OU (DES) APRENDIZADAS PELO O BRASIL? 59

Rodrigo Antonio Rodrigues Alves

Márcio Jean Malheiros Mendes

Sirlei de Lourdes Lauxen

Vânia Maria Abreu de Oliveira

A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE O ODS 4 EDUCAÇÃO E
O DISCURSO MERCADOLÓGICO PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR ... 60

Ariele Souza de Vargas
Sirlei de Lourdes Lauxen
Solange Billig Garcês

A LINGUAGEM ACADÊMICA E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO
CRÍTICO E REFLEXIVO 61

Gianluca Brum Berlezi Berlezi

A SOCIOAFETIVIDADE PATERNA ELUCIDADA PELA TEORIA
TRIDIMENSIONAL E OS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO
BRASILEIRO 62

Inaiê Bastos Silveira
Bianca Strücker

ALGUMAS LEIS QUE AMPARAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA..... 63

Léa Cristiane Ramos
Vaneza Cauduro Peranzzoni
Solange Beatriz Bilig Garces

COTAS RACIAIS COMO ALTERNATIVA DE REPARAÇÃO HISTÓRICA
PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL..... 64

Fagner Fernandes Stasiaki
Edemar Rotta

DIÁLOGO HERMENÊUTICO: METODOLOGIA QUE POTENCIALIZA
REFLEXÕES PEDAGÓGICAS NO ESPAÇO VIRTUAL 65

Adelson Silva da Costa
Maria da Conceição Nascimento Marques
Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Cidicléia Gomes da Silva Santos

EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DIGITAL: VANTAGENS E DESAFIOS
ENFRENTADOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO 66

Michele Zaltron

Jéssica Woyciehowsky

Juliana Batista

Rita de Cássia Nascimento da Rosa

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19:
REFLEXÕES LINGUÍSTICAS SOBRE PRÁTICAS DE LEITURA,
ESCRITA E LETRAMENTO 67

Jefferson Luis da Silva Cardoso

Rosângela Araújo Darwich

AS COLONIALIDADES DO SER E DO SABER: O IMPACTO DA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS 68

Camilly Laís Lütkemeyer

Gabriela Felden Scheuermann

MAIÊUTICA E PERIPATÉTICA: METODOLOGIAS FILOSÓFICAS
ESSENCIAIS NO PROCESSO DO ENSINO DA GEOGRAFIA 69

Andreson Corte Ferreira da Silva

O ACESSO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS COMO EFETIVAÇÃO
DA FORMAÇÃO HUMANA..... 70

Iara Sabina Zamin

Cátia da Silva Herter

Bruna Laís da Veiga Kazmirczuk

Solange Beatriz Billig Garces

O ENSINAR DO DIREITO: DA EXPERIÊNCIA DOGMÁTICA À
ESPERANÇA DE OUTROS SABERES 71

Fernando Martins Ferreira

Antônio Escandiel de Souza

Sirlei Lauxen

Vania Maria Abreu de Oliveira

O SENSÍVEL MANIFESTO NA DANÇA COMO POSSIBILIDADE DE
FORMAÇÃO HUMANA 72

Carla Furlani
Vanderlei Carbonara

O TRATAMENTO E A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNOS GRAVES: UMA LEITURA PSICANALÍTICA..... 73

Tiago Viégas Zamberlan

PRESERVAÇÃO CULTURAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO
DAS REPRESENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS..... 74

Tarcisio Dorn de Oliveira
Patrícia Viana Pereira de Lima
Thaís Carpes Pereira
Ketlin Tainá Rodrigues Brondolt
Luiz Eduardo Rodrigues Prola
Allana Agatha Viégas
Vanessa Steigleder Neubauer

UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR DO CONCEITO DE PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS..... 76

Rodrigo Antonio Rodrigues Alves
Caroline Pottker
Gabriela Dickel das Chagas

A CONTROVÉRSIA EM TORNO DA NIMESULIDA: UMA ANÁLISE DA
SUA LIBERAÇÃO E IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA. 77

Guilherme da Silva Machado
Bruna Almeida da Silva

A VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS DIANTE DO
REGISTRO CIVIL E DA VACINAÇÃO DE CRIANÇAS..... 78

Aline Antunes Gomes
Bianca Strücker
Inaiê Bastos Silveira
Isadora Ferraz Reichembach

APONTAMENTOS ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS
MÉDICOS 79

Júlia Gabriela Fogaça
Vitória Rodrigues Herberts
Yasmin Löff
Bianca Strücker

COMPETÊNCIA CULTURAL COMO FATOR DE ACESSO AO DIREITO
À SAÚDE DA POPULAÇÃO IMIGRANTE 80

Cláudia Marília França Lima Marques
Janaina Machado Sturza

JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS COMO FORMA DE
GARANTIR O DIREITO À SAÚDE E A TRATAMENTOS ESSENCIAIS À
VIDA..... 81

Raquel Camargo
Guilherme Terra Lirio
Pedro Henrique da Silva Campos

PRÓTESES DE MEMBROS INFERIORES NA FISIOTERAPIA E
MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA..... 82

Paolo Gomes Palmeiro
Vaneza Cauduro Peranzoni

UM OLHAR SOBRE O PRECONCEITO ETÁRIO: RELATOS DE CASOS
CONTRA AS MULHERES IDOSAS 84

Adriana da Silva Silveira
Camila Kuhn Vieira
Klaus Vargas Karnopp
Solange Beatriz Billig Garces

GRUPO DE TRABALHO 5: LINGUAGEM, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AMBIENTE CONSTRUÍDO 85

A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E SUA FORÇA EXPLORATÓRIA CONTRA O INDIVÍDUO DENTRO DOS ESPAÇOS URBANOS: UMA FORMA DE PENSAR DESCOLONIAL 86

Tamara Cossetim Cichorski
Cláudia Marília França Lima
Marco Antonio Compassi Brun
Maria Luiza Vargas Rocha
Jéssica Cindy Kempfer
Melina Macedo Bemfica
Ana Luísa Dessoy Weiler

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA MEDIAÇÃO EM AMBIENTE RURAL..... 88

Cláudia Maria Alves Iung
Claudia Maria Prudêncio De Mera

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SUA IMPRESCINDIBILIDADE FRENTE AO DESENVOLVIMENTO URBANO..... 89

Thainá Sarturi Rocha
Mariela Camargo Masutti

DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ECOLÓGICA PARA O MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO 90

Ritielle de Souza Zanuso
Taciana Marconatto Damo Cervi

DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E LIBERDADE: PONDERAÇÕES SOBRE A (IN)CAPACIDADE DE CUIDAR DO MUNDO 91

Lizandra Andrade Nascimento
Sandra Vidal Nogueira
Daniel Rubens Cenci

DISCUSSÕES SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO
BRASIL 92

Bettina Gutteres Menezes

Eliara Marin Piazza

Sandy Cauani Pedroso da Costa

Andressa Ana Martins

DISCUSSÕES SOBRE UM MANEJO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DO
SISTEMA DE INTERAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF) 93

Sandy Cauani Pedroso da Costa

Bettina Gutteres Menezes

Raquel Cristine Walker

Eliara Marin Piazza

ESTRATÉGIAS DE VENTILAÇÃO NA ARQUITETURA..... 94

Bianca dos Santos Kensy

Mariela Camargo Masutti

GLOBALIZAÇÃO: REFLEXO SOCIAL 95

Dulcilene Alves de Melo

Sirlei de Lourdes Lauxen

Solange Beatriz Billig Garcez

MANEJO DE EFLUENTES DE FRIGORÍFICOS BOVINOS EM BUSCA
DA SUSTENTABILIDADE: UMA REVISÃO LITERÁRIA..... 96

Andressa Ana Martins

Eliara Marin Piazza

MUITO ALÉM DE ASPECTOS PURAMENTE BIOLÓGICOS. A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA FERRAMENTA SOCIAL 97

Sabrina Veloso Leal Pereira

Daiane Caroline Tanski

Vanessa Steigleder Neubauer

O CAMINHO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTALISTA BRASILEIRA..... 98

Aline Mello da Costa

Fabrcio da Silva Aquino

Isadora Ferraz Reichembach

Manuela Vieira Souza

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	99
---	----

Manuela Vieira Souza
Aline Mello da Costa
Fabricio da Silva Aquino
Isadora Ferraz Reichembach

RACISMO AMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE A INJUSTIÇA AMBIENTAL E SOCIAL.....	100
--	-----

Rogéria Fatima Madaloz
Denise Tatiane Girardon dos Santos
Sirlei de Lourdes Lauxen
Vanessa Steigleder Neubauer

GRUPO DE TRABALHO 6: LINGUAGEM, TEORIA CRÍTICA E ESTUDOS CULTURAIS E DESCOLONIAIS.....	101
---	------------

REFORMA AGRÁRIA, OCUPAÇÃO TERRITORIAL E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO SEMIÁRIDO MINEIRO	102
--	-----

Rodrigo Guedes de Araújo
Jefferson William Lopes Almeida
Deyvison Lopes Siqueira

DIREITO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA, DOS ESTUDOS CULTURAIS E DA ABORDAGEM DESCOLONIAL	103
---	-----

Rhadson Rezende Monteiro
Jean Barbosa dos Santos
Ana Júlia Caires dos Santos
Paulo Victor de Souza Vieira Costa

DIREITOS HUMANOS, COLONIALISMO E EUROCENTRISMO: A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PENSAMENTO DESCOLONIAL	104
---	-----

Cláudia Marília França Lima Marques
Marco Antonio Conpassi Brun
Maria Luiza Vargas Rocha
Tamara Cossetim Cichorski

EPISTEMOLOGIA E SUAS INTERFACES NAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS..... 106

Rodrigo Guedes de Araújo
Thaís Pereira dos Santos Souza

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE RELIGIOSA E O PRINCÍPIO A LAICIDADE ESTATAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO 107

Rafaela Giesel Dörr
Rafaela Menezes Braga Denis
Denise Tatiane Girardon dos Santos

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ECOLOGIA DE JUSTIÇAS: “O CASO DENILSON” E O POTENCIAL DECOLONIAL DO DIREITO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE NATUREZA PENAL NO BRASIL..... 108

Criziany Machado Felix Feijó
Vinícius Wildner Zambiasi
José Francisco Dias da Costa Lyra

O DESPERTAR DE UMA MEMÓRIA FAMILIAR NEGRA A PARTIR DO QUILOMBO CAPÃO DOS LOPES - RS..... 110

Maurício Lopes Lima

RAÇA COMO MARCA LINGUÍSTICA DA BRANQUITUDE: SE ELES SÃO OS OUTROS, QUEM SOMOS NÓS?..... 111

Gabriela Felden Scheuermann

SULEAR E ANTROPIZAR: NARRATIVAS AFRO NO ENSINO DE ESPANHOL - UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA 112

Taciani do Socorro da Silva Lima

APRESENTAÇÃO

A presente publicação é resultante da IV Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica, que integrou o IV Simpósio de Linguagens e Hermenêutica na Contemporaneidade, evento científico organizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Mestrado e Doutorado (PPGPSDS-UNICRUZ), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

A Mostra teve, como finalidade, a socialização de pesquisas e a integração de discentes e docentes das Graduações e dos Programas de Pós-Graduação da UNICRUZ e das Instituições parceiras do Evento. Para tanto, foi organizada em seis Grupos Temáticos: GT 1: Linguagem, Hermenêutica e Práticas Discursivas; GT 2: Linguagem, Poder e Política; GT 3: Linguagem, Educação e Formação Humana; GT 4: Linguagem, Saúde e Desenvolvimento Humano; GT 5: Linguagem, Desenvolvimento Sustentável e Ambiente Construído e GT 6: Linguagem, Teoria Crítica e Estudos Culturais e Descoloniais. Foram 107 trabalhos científicos, entre resumos expandidos e artigos completos, apresentados em 13 salas, mediados por Professores e professoras Doutoradas, com suporte de Doutorandos e Doutorandas do PPGPSDS.

A IV Mostra Interdisciplinar de Linguagens e Hermenêutica constituiu-se em um espaço de compartilhamento de pesquisas, nos âmbitos nacional e internacional, e contemplou-se as duas Linhas de Pesquisa do Programa: *Linguagem, Comunicação e Sociedade* e *Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea*.

Os textos completos da Mostra encontram-se foram publicados no em e-book, intitulado *Linguagens e Hermenêutica na Contemporaneidade*, disponível para download gratuito por meio do link: <https://editorailustracao.com.br/livro/linguagens-e-hermeneutica-na-contemporaneidade-volume-iv>

Profª. Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos

GRUPO DE TRABALHO 1:

**LINGUAGEM, HERMENÊUTICA E PRÁTICAS
DISCURSIVAS**

A ABORDAGEM COMUNICATIVA DA HERMENÊUTICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS SUJEITOS A PARTIR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR *STRICTO SENSU*: UMA ANÁLISE NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES - 2014/2020

*Denise da Costa Dias Scheffer*¹

*Dieison Prestes da Silveira*²

*Klaus Vargas Karnopp*³

*Antonio Escandiel de Sousa*⁴

Resumo: Na contemporaneidade, a construção dos saberes perfaz a reflexão no campo do ensino e aprendizagem, da formação social dos sujeitos e a construção do caminho acerca da busca profissional. A pesquisa parte do objetivo de analisar a hermenêutica e sua abordagem comunicativa no desenvolvimento social dos sujeitos, a partir do ensino *stricto sensu*, como impacto formativo dos saberes. Problematizando a pesquisa com enfoque na reflexão do ensino e aprendizagem, sua intervenção acerca da hermenêutica, dessa forma, tem-se o desenvolvimento social dos sujeitos na esfera *stricto sensu*? O caminho metodológico de natureza qualitativa, a partir da pesquisa de cunho exploratória, oriunda do levantamento bibliográfico de dados e busca na plataforma digital CAPES. Para a reflexão da temática, a partir da análise de dados debatidos nos resultados e discussões, a presente pesquisa propõe como caminho metodológico percorrido, a conceituação da hermenêutica, e a comunicação acerca do processo formativo dos sujeitos, seu desenvolvimento social a partir desse processo e por fim, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* para a construção profissional e a constância no campo dos saberes.

Palavras-chave: Ensino superior. Formação. Saberes.

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta, RS, Brasil. Bolsista CAPES E-mail: denisedadv@gmail.com
- 2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: diesonprestes@gmail.com
- 3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: klaus.karnopp@sou.unicruz.edu.br
- 4 Doutor em Letras – Linguística Aplicada. Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: asouza@unicruz.edu.br

A PESQUISA QUALITATIVA E INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Daiane Caroline Tanski¹

Tiago Anderson Brutti²

Darina Fernandes Garro³

Sabrina Veloso Leal Pereira⁴

Resumo: Este trabalho, que tem como área de concentração as ciências aplicadas e seu eixo temático a Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Sociais, é utilizado na linha de pesquisa “Linguagem, Comunicação e Sociedade” do Programa de pós-graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Objetiva-se analisar, por meio bibliográfico, uma revisão da literatura sobre a pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais aplicadas, bem como as suas diferentes formas de emprego a fim de contribuir para o entendimento de um determinado fenômeno.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Interdisciplinaridade. Metodologia. Pesquisa.

1 Universidade de Cruz Alta, mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, bolsista da CAPES. E-mail: daitans@hotmail.com

2 Universidade de Cruz Alta, professor do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: tiagobrutti@hotmail.com

3 Universidade de Cruz Alta, Graduada em Direito, Brasil, e-mail: dah_1903@hotmail.com

4 Universidade de Cruz Alta, Doutoranda do Programa de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, RS, Brasil, Bolsista CAPES, e-mail: sabrinavelosoleal@hotmail.com

A VIDA COMPARTILHADA E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Gabriela Dickel das Chagas¹

Vaneza Cauduro Peranzoni²

Tiago Anderson Brutti³

Paolo Gomes Palmeiro⁴

Resumo: O presente ensaio gira em torno dos temas “cultura” e “sentido da vida comum”, tendo o avanço tecnológico como pano de fundo. Compreende-se a cultura, em sua multiplicidade de manifestações, como algo próprio da humanidade. O ser humano é cultural. A cultura organiza o mundo comum, imprime lógica e significados ao ambiente e aos acontecimentos em torno das comunidades. No entanto, em vista das inúmeras possibilidades criadas pelo progresso tecnológico, a própria natureza humana vem sendo modificada. Fala-se em técnicas de melhoramento genético, fármacos que prometem melhorar a capacidade cognitiva, entre outros expedientes. Diante disso, esse texto propõe uma reflexão a respeito daquilo que na humanidade é imutável e das qualidades que podem ser alteradas, questionando-se sobre o impacto dessas alterações na convivência humana.

Palavras-chave: Ciência. Cultura. Ética

- 1 Advogada (OAB/RS nº 130.847). Mestra e doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS/UNICRUZ). Universidade de Cruz Alta. E-mail: gabrieladdchagas@gmail.com
- 2 Doutora em Educação (UFSM). Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS/UNICRUZ). Universidade de Cruz Alta. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br
- 3 Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS/UNICRUZ). Universidade de Cruz Alta. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br
- 4 Fisioterapeuta (IESA). Mestre em Biociências e Reabilitação (IPA). Doutorando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS/UNICRUZ). Universidade de Cruz Alta. E-mail: pgppalmeiro@hotmail.com

APONTAMENTOS ACERCA DE BENS E COMPETÊNCIA DA UNIÃO

Luiza Gabrielle Borges Godoys¹

Bianca Strücker²

Manuela Vieira Souza³

Rafael Lagunde Casarin⁴

Resumo: Neste trabalho serão abordados e explanados temas referentes à distribuição dos Bens e Competências da União, bem como consta na Constituição Federal de 1988, a qual visa inteirar o leitor perante as divisões no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, tal como, seus limites e aproximações. Pergunta-se: como compreender os bens e competência da União a partir da Constituição Federal de 1988? As divisões acerca das competências impõem certa autonomia uns para com os outros, desta forma, sendo possível cada poder se organizar e normatizar seus atos, trabalhando a sua função em proteger, zelar e incentivar o país em diferentes setores. Em termos metodológicos, utiliza-se de abordagem analítico-hermenêutica, através da aplicação de lógica dedutiva. Conclui-se que a Constituição Federal arrolou as principais competências da União nos Artigos 21, 22, 23 e 24 de seu texto, importante salientar estes artigos não são os únicos e demais serão apresentados ao longo do texto constitucional. Todavia, neste trabalho será abordado o Artigo 23 e seus incisos, o qual vem para grande conhecimento, tendo como objetivo entender a sua verdadeira competência aos bens aqui presentes.

Palavras-chave: Constituição Federal. Bens. Competência. União.

1 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, E-mail:luizaggodoys@gmail.com

2 Professora do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Doutora em Direito pela URI/SAN. E-mail: biastrucker@unicruz.edu.br

3 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, E-mail:manusouza1388@gmail.com

4 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, Email: rafaelcasarin2002@gmail.com

AS DIMENSÕES DA CULTURA E AS RELAÇÕES DE PODER

Angélica Hindersmann Rech¹

Denise Tatiane Girardon dos Santos²

Tiago Anderson Brutti³

Vânia Maria Abreu de Oliveira⁴

Resumo: O presente artigo tem, como tema, a cultura, e objetiva a apontar o conceito de cultura, suas dimensões e seu vínculo com as relações de poder, associadas com as formas de dominação na sociedade. A pergunta que se pretende responder é: como o conceito de cultura se vincula com as relações de poder? Quanto à metodologia, utilizou-se o método de pesquisa dedutivo, com abordagem qualitativa, e, como técnica de pesquisa, a bibliográfica. Concluiu-se que as preocupações com a cultura mantêm proximidade com as relações de poder, estão associadas com as formas de dominação na sociedade e são instrumentos de conhecimento ligados ao progresso social.

Palavras-chave: Dimensões da cultura. Relações de poder. Dominação na sociedade.

ATIVISMO JUDICIAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: IMPLICAÇÕES NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MINORIAS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

José Renan Corrêa Petri¹
Ellara Valentini Wittckind²

Resumo: Este artigo tem por tema o ativismo judicial. A partir disso, objetiva-se verificar a extensão e os problemas advindos do ativismo judicial no processo de concretização dos direitos fundamentais das minorias no contexto democrático brasileiro. Para tanto, o problema de pesquisa centra-se em saber em que medida o ativismo judicial atua no processo de concretização dos direitos e garantias fundamentais das minorias no contexto da democracia brasileira, e se acaba ou não e em que grau, por se transformar em decisionismo conveniente e subjetivista, distanciando-se do Direito. A hipótese que se levanta é a de que a atuação do Judiciário, nos casos de demandas de minorias por direitos e garantias fundamentais, deve ser pautada pela interpretação, compreensão e aplicação das normas de forma adequada para resolver o conflito sem distanciar-se do Direito. Para realização da pesquisa, adota-se o método raciocínio indutivo, pois analisa-se decisões judiciais dos tribunais sobre o tema.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Direitos Fundamentais. Hermenêutica.

2 Professora universitária na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, *Campus* de Cerro Largo-RS, Doutoranda em Direitos Especiais pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, *Campus* de Santo Ângelo-RS, Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, *Campus* de São Leopoldo-RS, Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela URI-SAN, graduada em Direito pela mesma Universidade, Advogada (OAB/RS 73.744), Pesquisadora, Bolsista PROSUC/URI/TAXA. Integrante do grupo de pesquisa registrado no CNPQ Democracia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos: Olhares voltados para a complexidade do Estado e de vulnerabilidades sociais, vinculado ao PPG Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo/RS. *E-mail:* ellarawittckind@gmail.com. *Link Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/1693917796186454>.

DISCURSOS DE ÓDIO E A OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO FRENTE AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E SOCIAL DO PÚBLICO LGBTQIA+

Varlei Machado da Rosa¹

Rosângela Angelin²

Resumo: A sociedade é formada a partir de relações de poder, tendo como embasamento culturas que, historicamente, estiveram e ainda estão presentes no meio social. Sendo caracterizada por sistema heteronormativo, a sociedade brasileira acaba colocando a comunidade LGBTQIA+ em posição de vulnerabilidade, invisibilidade e enquanto alvos de discursos de ódio. Assim, o próprio Poder Legislativo que deveria legislar sobre a proteção dessa comunidade, se encontra em estado de inércia. Com isso, é evidente a atuação do Poder Judiciário que vem decidindo em prol das pessoas LGBTQIA+. Com o intuito de compreender melhor essa situação, a pesquisa apresenta a seguinte pergunta condutora: como a omissão do Poder Legislativo e os discursos de ódio afetam a garantia jurídica e social do reconhecimento das pessoas LGBTQIA+ no Estado brasileiro? Para isso, a pesquisa utiliza da metodologia de pesquisa bibliográfica e método hipotético-dedutivo, tendo como técnica de pesquisa a indireta.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Discurso de ódio. Poder Legislativo. Reconhecimento.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA: A LINGUAGEM, A INTERPRETAÇÃO E A FILOSOFIA COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA GARANTIR À DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, IDENTITÁRIA E CULTURAL

Patrícia Socorro da Costa Cunha

Resumo: Neste artigo, procura-se compreender como a hermenêutica e a filosofia podem pela linguagem interpretar e realizar uma melhor aplicação da lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, denominada de Lei de Migração, para garantir o direito a diversidade linguística, identitária e cultural de crianças migrantes venezuelanas nas escolas municipais de Boa Vista no estado de Roraima. A partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo sob uma ótica hermenêutica e filosófica faz-se uma reflexão sobre a linguagem na produção jurídica e na aplicação do direito, passando por autores que muito contribuem nesta seara do conhecimento, como Streck (2003), Streck (2007), Streck (2017) e Nascimento (2009). Como resultado, verificou-se que aplicabilidade da lei não se efetiva no caso real em decorrência de uma hermenêutica e de uma linguagem que não contribui para a aplicabilidade da lei. Diante disso, há que se concluir que a linguagem é essencial para a aplicação do direito, mas não é um mecanismo perfeito, diante da pluralidade de intérpretes e de significados existentes para a mesma norma jurídica, sendo que a hermenêutica filosófica desenvolve um papel fundamental no processo interpretativo. Espera-se que este estudo possa levar a uma reflexão entre o que a linguagem da lei explicita e a interpretação da mesma levando em consideração todas as diversidades no contexto social e histórico.

Palavras-chave: Migração; Linguagem; Hermenêutica; Filosofia.

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES NO CONTEXTO JURÍDICO: DA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE A UMA HERMENÊUTICA INCLUSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Marigley Leite da Silva de Araujo¹

Rosângela Angelin²

Resumo: Constata-se que a instituição familiar faz parte de um processo cultural e de relações de poder que permeiam a existência humana e que vão se modificando com o passar dos tempos e se tornando cada vez mais plural. Assim, por meio de estudos bibliográficos – de caráter dedutivo - e interpretações jurídicas baseadas em processos hermenêuticos inclusivos, o estudo está pautado no seguinte questionamento: como o ordenamento jurídico brasileiro tem garantido uma interpretação jurídica atendendo a uma hermenêutica inclusiva dos direitos fundamentais, no que se refere as novas configurações familiares? A pesquisa denota que o Brasil, estruturou-se, parcialmente nesse sentido, a partir da Constituição Federal de 1988, mas foi o Supremo Tribunal Federal que realizou uma leitura hermenêutica inclusiva, reconhecendo a pluralidade de famílias, o que não ocorre com o Congresso Nacional, responsável pela positivação de leis, nesse sentido.

Palavras-chave: Famílias Plurais. Hermenêutica Inclusiva. Direitos Fundamentais. Instituição Família.

- 1 Mestre e Doutora em Direito pelo Programa de pós-graduação *stricto sensu*, em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões e Direito Constitucional. Docente do Curso de Direito da URCAMP/São Gabriel. Advogada. Integrante do Projeto de Pesquisa “Movimentos Sociais e Direitos Humanos nas sociedades democráticas: Olhares voltados para a complexidade do Estado e de vulnerabilidades sociais”. E-mail: marigleyaraujo@gmail.com
- 2 Pós-Doutora nas Faculdades EST (São Leopoldo). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, do Projeto de Pesquisa “Movimentos Sociais e Direitos Humanos nas sociedades democráticas: Olhares voltados para a complexidade do Estado e de vulnerabilidades sociais”, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da URI, campus Santo Ângelo-RS. Vice-Líder do Núcleo de Pesquisas de Gênero, da Faculdades EST (São Leopoldo/RS). Integrante da Marcha Mundial de Mulheres. E-mail: rosangela@san.uri.br

O EMOTIVISMO COMO PRESSUPOSTO METAÉTICO DO POSITIVISMO NA TEORIA PURA DE HANS KELSEN

*César Bisol*¹

*Priscila S. Biandaro*²

*Andrielle Barboza Bernart*³

*Andrea Cristina de Souza*⁴

Resumo: O objeto deste artigo são os argumentos metaéticos que justificam esta tese, formulados dentro da teoria pura do direito de Hans Kelsen. A identificação de argumentos metaéticos permite responder à questão de qual visão de moral está subjacente ao positivismo (ou a uma de suas versões) e por que, segundo essa posição, ela não deve ser combinada com o direito. Para tanto, na primeira parte, analisamos a questão da justiça da lei sob a ótica da teoria de Kelsen. A atitude perante esta questão permite-nos distinguir duas formas de estudos jurídicos (segunda parte). A seguir, discutimos as razões da rejeição positivista das normas morais como fundamento da validade das normas jurídicas ainda indicamos que o fundamento metaético da teoria pura do direito no aspecto examinado é o emotivismo. Por fim, consideramos a questão de saber se é possível indicar algum valor extralegal que constitua o “mínimo moral” da lei.

Palavras-chave: Positivismo. Emotivismo. Moral. Metaética. Direito.

1 Mestre em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS-RS). Mestrando em Direito Público pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS-RS). Bolsista CAPES/PROEX. E-mail: cesar.bisol@hotmail.com.

2 Mestranda em Direito pela Universidade La Salle (UNILASALLE-RS). Bolsista CAPES/PROSUC. E-mail: priscilabiandaro@gmail.com.

3 Bacharel em Direito pela Faculdade da Serra Gaúcha – FSG. Especialista em Direito e Processo do Trabalho Damásio de Jesus, E-mail: adv.andrielle@gmail.com.

4 Bacharelanda em Direito pela Faculdade da Serra Gaúcha – FSG. E-mail: andrea.cristinna.s@gmail.com.

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*Lucimara Rocha de Souza*¹

*Bruna Almeida da Silva*²

*Tiago Anderson Brutti*³

Resumo: A garantia do devido processo legal e da justiça criminal são pilares fundamentais da democracia e do Estado de Direito. Nesse contexto, a isonomia desempenha um papel central, visando assegurar um tratamento equitativo entre as partes envolvidas no processo penal. Esta pesquisa tem como objetivo investigar a interpretação hermenêutica do princípio da isonomia no processo penal, analisando as diferentes abordagens adotadas pelo Supremo Tribunal Federal, e identificar os desafios e perspectivas para a garantia da justiça criminal, pois a violação da isonomia pode levar a decisões injustas e à insegurança jurídica, tornando essencial a investigação das práticas jurídicas para aprimorar sua aplicação, a fim de consolidar o sistema acusatório. A pesquisa será exploratória e qualitativa, com revisão bibliográfica e coleta de dados por meio de pesquisa documental em decisões judiciais e publicações oficiais do STF. A análise dos dados será feita por meio de uma abordagem hermenêutica. Os resultados serão apresentados em um relatório com análise crítica da jurisprudência do STF e identificação da perspectiva jurisprudencial da aplicação efetiva da igualdade processual no processo penal.

Palavras-chave: Igualdade. Garantia. Direito Fundamental. Julgado. Equidade.

- 1 Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta - Unicruz. Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Unicruz. Pós-graduanda em Direito Civil pelo Centro Universitário Internacional. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: lucimara.rocha.souza.lrs.lrs@gmail.com.
- 2 Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Pós graduanda em advocacia trabalhista pela Escola Brasileira de Direito (Ebradi). Contato: bruna_almeida.a@outlook.com
- 3 Doutor em Educação nas Ciências/Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. Professor do Mestrado/Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz. Vice-líder do grupo de pesquisa jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos - GPJur/Unicruz. Contato: tiagobrutti@hotmail.com.

O SÍMBOLO COMO GÉRME DE TODAS AS SIGNIFICAÇÕES POSSÍVEIS

Paulo Moutinho Barroso¹

Resumo: Partindo dos contributos de Ricoeur para o entendimento da linguagem, simbolismo e significação, bem como do papel fundamental da interpretação e da relação desta com o símbolo, este artigo tem o objectivo de colocar a linguagem em questão e em discussão. Seguindo uma metodologia teórico-conceptual sobre o símbolo, objecto de estudo ancestral, prolífero e capaz de empreender uma dupla analítica, a da linguagem e a do Ser, reconhece-se a natureza hermenêutica do Ser, que se orienta no mundo através da actividade fundamental da interpretação. Interpretar exige aceder a uma linguagem. Segundo Ricoeur, toda a filosofia é hermenêutica, i.e. um trabalho sobre símbolos, sentidos, metáforas, narrativas. O trabalho de interpretação é permanente e relevante, aproxima-nos do sentido por via da compreensão. Esta conduz ao conhecimento indirecto da existência, pois existir é ser interpretado.

Palavras-chave: Interpretação. Ricoeur. Símbolo.

1 PhD. em Filosofia. Investigador integrado no ICNOVA – Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: pbarroso1062@gmail.com

POR UMA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: ATIVISMO OU PROTAGONISMO JUDICIAL?

*Tamires Eidelwein*¹

*Laura Mallmann Marcht*²

*Leonel Severo Rocha*³

*Gilmar Antonio Bedin*⁴

Resumo: A judicialização da vida tem sido cada vez mais presente. Este trabalho tem como problema norteador o seguinte: em que medida o poder Judiciário brasileiro intervém nos demais âmbitos do poder público? Como hipótese, compreende que aquele tem atuado de modo protagonista, o que não significa referir que está atuando de forma ativista. Na primeira seção, será discorrido sobre qual é a principal distinção com o ativismo de redistribuição. Na segunda seção, decisões iluministas brasileiras serão utilizadas para identificar como protagonismo judicial é efetivo para o progresso social. Justifica-se a escolha deste tema posto que essas decisões se traduzem em práticas discursivas que legitimam a transformação da realidade através do direito. Por meio da técnica da pesquisa bibliográfica, o método selecionado foi o hipotético-dedutivo. Ademais, esta pesquisa é do tipo exploratória, de abordagem qualitativa. Os procedimentos a serem utilizados são o da revisão bibliográfica, bem como o da análise documental.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Direitos Humanos. Hermenêutica. Protagonismo Judicial. Reconhecimento.

1 Doutoranda em Direito - área de concentração em Direitos Especiais -, com bolsa integral PROSUC/CAPES, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/SA). E-mail: tamidarosa@gmail.com.

2 Doutoranda em Direito - área de concentração em Direitos Especiais -, com bolsa integral PROSUC/CAPES, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/SA). E-mail: laura.marcht@hotmail.com.

3 Doutor pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* de Paris, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Estágio de Pós-Doutorado em Sociologia do Direito pela *Universita degli Studi di Lecce*, Itália. Atualmente é Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bem como Professor do PPGD da (URI/SA). Professor Visitante da *Faculté de Droit da Universidade* de Paris 1. Bolsista Produtividade do CNPq. Foi Coordenador Executivo do PPGD da UNISINOS. E-mail: leonel.rocha@icloud.com.

4 Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estágio de Pós-Doutorado na Universidade de Santiago do Chile. E-mail: gilmarb@unijui.edu.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL: UM DIREITO FALIMENTAR

Bibiana Lirio Carvalho¹
Ingrid Schmitt de Almeida²

Resumo: O fundamento e conceito de falência e da recuperação das empresas está diretamente ligado a existência da possibilidade de prorrogação do pagamento. As formas de recuperação de empresas são firmadas em acordos entre o devedor e seus credores seja ele coletivo de forma extrajudicial ou através de um plano judicial a ser apresentado e por meio de consenso ser homologado. O pedido de ambas as recuperações que serão tratadas nesse artigo somente poderá ser efetuado por sociedades empresárias ou empresários que estejam a mais de dois anos devidamente registrados na junta comercial. A recuperação da empresa se estende ao interesse também de empregados e credores sendo que essas também são partes envolvidas com a empresa e com interesses nos planos de recuperação. Desta maneira o presente trabalho busca analisar e caracterizar os fundamentos das recuperações extrajudicial e judicial de empresas apresentando entendimentos jurídicos e doutrinários acerca do tema.

Palavras-chave: Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Direito Empresarial. Direito Econômico. Lei 11.101/2005.

REFLEXÕES SOBRE A “BANALIDADE DO MAL” NO HOLOCAUSTO: O JULGAMENTO DE EICHMANN E A RESPONSABILIDADE MORAL

Gabriela Portela Azevedo¹

Vanessa Steigleder Neubauer²

Allana Agatha Viégas³

Resumo: Este artigo apresenta uma resenha crítica do livro “O julgamento de Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal” escrito pela filósofa e teórica política Hannah Arendt. Publicado em 1963, o livro aborda o julgamento de Adolf Eichmann, um dos principais responsáveis pela organização logística do Holocausto. Arendt discute a noção de “banalidade do mal”, argumentando que Eichmann era um indivíduo comum que cumpria seu dever burocrático sem refletir sobre as consequências de suas ações. Este artigo também explora a relação entre a obra de Arendt e os direitos humanos em movimento, destacando a importância da reflexão ética e da mobilização social para promover a justiça e a dignidade humana

Palavras-chave: Banalidade, Holocausto, Julgamento, Ordens, Responsabilidade.

- 1 Acadêmica do 9º semestre do curso de Direito da Unicruz. Bolsista PIBEX do projeto Direitos Humanos em movimento 9ª CRE e Unicruz fortalecendo o exercício da cidadania a partir do esclarecimento e da reflexão E-mail: gabyazevedoacdc@gmail.com
- 2 Docente da Universidade de Cruz Alta, Doutora em Filosofia pela Unisinos, Coordenadora do Laboratório de Humanidades da UNICRUZ e projeto mencionado no texto. E-mail: vneubauer@unicruz.edu.br
- 3 Acadêmica do 1º semestre do curso de Ciências Contábeis da Unicruz. Bolsista do projeto Compreender e Qualificar para potencializar habilidades: a preparação de jovens do Projeto Basketball para inserção no mercado de trabalho E-mail: allanaviegas0@gmail.com

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ALTERAÇÕES LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS

*Julia Giovana Mera da Silva*¹

*Bianca Strücker*²

Resumo: Este estudo busca analisar a responsabilidade civil dos notários e registradores diante de possíveis erros, omissões ou irregularidades em seus atos. O objetivo é identificar os principais desafios enfrentados nessa área e apresentar perspectivas, alterações legais e jurisprudenciais a fim garantir uma prestação de serviços mais segura. A justificativa para essa pesquisa se baseia na importância de garantir a segurança e a eficácia dos serviços prestados, visando evitar prejuízos às partes envolvidas e fortalecer a confiança no sistema registral e notarial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na revisão bibliográfica, e destaca a importância de compreender os desafios enfrentados e propor melhorias para fortalecer a atuação dos notários e registradores, resguardando os direitos dos cidadãos. Destaca-se que o presente estudo é oriundo de pesquisas desenvolvidas nas disciplinas de Direito Civil IV – Responsabilidade Civil do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta, e Docência no Ensino Superior, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Registradores. Notários. Estado.

-
- 1 Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Pós-graduanda em Direito de Família pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: juliamera3@gmail.com
 - 2 Professora da graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Doutora em Direito pela URI/SAN. E-mail: biastrucker@unicruz.edu.br

SÍNTESE SOBRE DIREITO NATURAL E JUSNATURALISMO

*Samuel Rogério Verman Pereira*¹

*Vanessa Steigleder Neubauer*²

Resumo: O presente texto versa sobre o Direito Natural e o Jusnaturalismo que têm sido objeto de discussão filosófica desde a antiguidade clássica à modernidade; mesmo quando parecia ser um tema superado, o Direito Natural ressurgia com toda força e influência. Assim, é fundamental a todo estudante do Direito conhece-lo; o que faz surgir a indagação central desta suma: é possível delimitar o Direito Natural e Jusnaturalismo mesmo antes tantas variações apresentadas na modernidade? Ademais, especificamente: há diferença entre Direito Natural e Jusnaturalismo? Quais as características do Direito Natural? Por quais fases históricas o Direito Natural perpassou? O que mestres como, Bobbio e Reale acrescentaram ao tema? Responder essas indagações orientará este trabalho. Dessa forma utilizou-se a abordagem metodológica hermenêutica, lógica dedutiva e técnica qualitativa de pesquisa bibliográfica no ramo da Filosofia Jurídica, com interesse em apresentar uma visão o mais completa possível, mas sintética sobre o Jusnaturalismo.

Palavras-chave: Direito. Jusnaturalismo. Naturalismo. Lei Natural. Síntese.

1 Graduando em Direito, pela UNICRUZ. Cruz Alta/RS. E-mail: swermann.9@outlook.com.

2 Docente da Universidade de Cruz Alta. Doutora em Filosofia UNISINOS. E-mail: vneubauer@unicruz.edu.br

GRUPO DE TRABALHO 2:
LINGUAGEM, PODER E POLÍTICA

A (IN) EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO NACIONAL DOS CAÇADORES, ATIRADORES E COLECIONADORES (CACCS), QUANTO AO PORTE DE ARMA DE FOGO PARA A DEFESA E TRANSPORTE DE SEU ACERVO

Gianluca Brum Berlezi

Resumo: O artigo possui como tema principal, o questionamento sobre a falta de uma legislação específica para os Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACCS), quanto ao porte de arma de fogo, quando em deslocamento para treino e competição, para defesa pessoal e de seu acervo. O texto utiliza a pesquisa bibliográfica com lógica dedutiva e uma abordagem analítico-hermenêutico, dedutiva, com característica qualitativa, tendo como objetivo geral analisar a efetividade dos decretos e das portarias do Exército Brasileiro, quanto a regulamentação dos direitos e deveres dos CACCS, durante o porte de trânsito. Ao contrário do porte federal elencado na Lei nº 10.826, o porte de trânsito do Exército Brasileiro, regulamentado pelo Decreto nº 9.846/2019, permite aos CACCS, portar uma arma de fogo, curta e municada, a pronto uso, quando em deslocamento para treino ou competição, para defesa pessoal e de seu acervo. Desta forma, a temática indaga também a efetividade do porte de trânsito do atirador esportivo, frente aos órgãos policiais, e a omissão da legislação brasileira, frente ao direito dos CACCS, de transportarem seu armamento, assim como a semelhança do porte de trânsito ao porte federal, em virtude de que tal categoria tem como prerrogativa o risco de vida, e furto/roubo de seu acervo.

Palavras-chave: Legislação. Porte de arma. Direito. Atirador. Colecionador. Caçador.

A (PERDA DA) IDENTIDADE DA MULHER ENCARCERADA

*Daiane Specht Lemos da Silva*¹

*Fábio Ribeiro de Oliveira*²

*Marisa Maria Ribeiro de Oliveira*³

Resumo: Inegável que a situação dos presídios brasileiros é precária, razão pela qual o tema do estudo corresponde à (in)capacidade de identificação individual e coletiva e o poder das interferências externas – poderes simbólicos. Delimita-se no tratamento (des)humano dos(as) condenados(as) a penas privadas de liberdade, a influência sobre as mulheres e a capacidade de despi-las da identidade própria, tendo como uma das causas a herança do patriarcado. O objetivo geral e questionamento norteador têm-se: em que medida é possível permitir às mulheres o cumprimento da pena prisão sem a anulação da sua identidade? Desenvolvido em dois s: primeiro uma análise do tratamento empregado aos encarcerados e a capacidade de degradação da sua identidade; segundo: a afronta aos direitos humanos que despe às mulheres da identidade em razão do gênero quando encarcerada, pelas violências simbólicas vivenciadas. Quanto à metodologia empregou-se o método dedutivo analítico, com análise de dados em doutrinas relacionadas à matéria.

Palavras-chave: perda da identidade; mulher; estabelecimento prisional.

1 Doutoranda e Mestre em Direito pelo PPGD URI Santo Ângelo/RS. Pós-graduada Dir. Penal/ Proc. Penal (FEMA) e Dir. Previdenciário (Legalle). Graduada em Direito, FEMA. Inscrita na OAB/RS 111.882. Endereço eletrônico: daianespecht@hotmail.com. Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/5351000562896130>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6536-0766>

2 Graduado em Gestão Ambiental, UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ (UNOPAR). Endereço eletrônico: fabio-ribeiro@susepe.rs.gov.br

3 Graduada em Direito, Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Endereço eletrônico: mariribeiroj@gmail.com

A CONDIÇÃO SOCIOCULTURAL DA MULHER: O USO DO VÉU

Isadora Ferraz Reichembach¹

Raquel Buzzati Souto²

Aline Antunes Gomes³

Resumo: Este presente artigo faz parte das pesquisas realizadas no PIBIC “A condição sociocultural da mulher: uma estudo acerca de como a história cobriu a mulher com o véu”. Como um dos importantes direitos fundamentais, tem-se a livre expressão religiosa, assegurada pela Constituição Federal de 1988, que garante liberdade de consciência e crença, livre exercício e proteção de cultos e liturgias. Mesmo o Brasil se tratando de um país laico, ainda existe discriminação e preconceito com mulheres que utilizam o véu como símbolo de sua religião. Em razão disso, a pesquisa visa analisar os tipos de véu utilizados pelas mulheres muçulmanas e o impacto desses em uma perspectiva atual. Utilizou-se uma abordagem qualitativa e bibliográfica para o desenvolvimento da pesquisa e verificou-se a importância do uso do véu, bem como sua finalidade na sociedade contemporânea como forma de perpetuação de tradição religiosa e símbolo de resistência política.

Palavras-chave: Islamismo. Feminismo. Sociedade. Constituição Federal. Direitos fundamentais.

- 1 Acadêmica da Universidade de Cruz Alta, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista do PIBIC “A condição sociocultural da mulher: Uma estudo acerca de como a história cobriu a mulher com o véu”. E-mail: isaferrazreich@gmail.com;
- 2 Professora do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Mestre em Desenvolvimento pela Unijui, linha de pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento. Coordenadora do PIBIC “A condição sociocultural da mulher: Uma estudo acerca de como a história cobriu a mulher com o véu”. Líder do Grupo de Pesquisa Jurídica (GPJur) do Curso de Direito da UNICRUZ. E-mail: rsouto@unicruz.edu.br.
- 3 Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Doutoranda em Direito pela UFSC. Colaboradora do PIBIC “A condição sociocultural da mulher: Uma estudo acerca de como a história cobriu a mulher com o véu”. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Jurídica (GPJur) do Curso de Direito da UNICRUZ. E-mail: algomes@unicruz.edu.br.

A LIQUIDEZ EM TEMPOS MODERNOS E O PROCESSO REIFICADOR DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE DE CONSUMO: UM ESTUDO A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

Aline Rodrigues Maroneze¹

Ellara Valentini Wittckind²

Resumo: A modernidade líquida traz consigo como características principais, o individualismo e a cultura do consumismo, o que faz surgir a sociedade de consumo, reforçando a cultura das compras inconscientes e irracionais, resultando na perda da identidade das pessoas, que passam a se confundir com as mercadorias que adquirem e com aquilo que consomem, dando início ao processo de reificação. Esta pesquisa tem como objetivo geral estudar sobre a modernidade líquida e os processos reificadores dos indivíduos sob a ótica do consumo. A problemática de pesquisa está consubstanciada em questionar: em que medida a sociedade do consumo reifica os indivíduos, ferindo, por consequência a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos? Como resultado do estudo percebeu-se que o próprio sistema acaba por reificar os cidadãos, já que motiva o consumo irracional, de modo que elas mesmas negligenciam sua dignidade para ceder aos apelos do mercado. A metodologia é dedutiva, e centra-se na pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, bem como, se desenvolve a partir da busca de publicações nacionais em bases de dados eletrônicas como Google Acadêmico e Scielo, livros e periódicos que se dedicam ao estudo da temática proposta.

Palavras-chave: Modernidade Líquida; Sociedade de Consumo; Reificação; Direitos Humanos.

1 Doutoranda em Direitos Humanos pela Unijuí. Bolsista integral CAPES/PDPG. Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

2 Professora universitária na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, *Campus* de Cerro Largo-RS, Doutoranda em Direitos Especiais pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, *Campus* de Santo Ângelo-RS, Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, *Campus* de São Leopoldo-RS. Bolsista PROSUC/URI/TAXA. E-mail: ellarawittckind@gmail.com

ATIVISMO JUDICIAL: GARANTINDO O DIREITO À SAÚDE NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM MEIO À CRISE LINGUÍSTICA, POLÍTICA E DE PODER

Elieel Rocha Dorneles¹

Resumo: O presente trabalho aborda o ativismo judicial como garantidor do direito à saúde na dispensação de medicamentos diante de uma crise linguística, política e de poder. Ao longo deste artigo, será abordada a crise de linguagem na política, em que os governados expressam um sentimento de não serem representados, sob à luz da emblemática Torre de Babel, na perspectiva de Luis Alberto Warat. Ademais, abordar-se-á o acesso à justiça e a tutela judicial da saúde referente às demandas por medicamentos. Com isso, questiona-se até que ponto a intervenção judicial na área da saúde viola a separação dos poderes, uma vez que envolve uma política pública. A metodologia utilizada para a pesquisa foi de abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica dedutiva, levando-se a concluir que somente haveria violação do princípio da tripartição dos Poderes, se o judiciário emitir uma decisão em situações que as políticas públicas estão atuando de modo eficaz.

Palavras-chave: Crise da linguagem política. Acesso à Justiça. Ativismo Judicial. Tripartição dos Poderes.

1 Mestrando em Direito no Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo. Bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Faculdade CNEC, Campus Santo Ângelo (2023). E-mail: elielrochadorneles@hotmail.com

BULLYING À LUZ DO DIREITO: UMA ANÁLISE JURÍDICA DESTE FENÔMENO

*Darina Fernandes Garro*¹

*Vanessa Steigleder Neubauer*²

*Raquel Buzatti Souto*³

*Daiane Caroline Tanski*⁴

Resumo: O *bullying* é um assunto que vem sendo abordado com muito mais frequência nos últimos anos. O que se busca compreender com o presente trabalho é o porquê desta agressividade e violência estar tão em evidência na vida das crianças e adolescentes atualmente, vindo a ser tratado como um “fenômeno”. Para desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, tendo como método de abordagem o dedutivo. O presente artigo tem como objetivo central explicar as possíveis causas e consequências do *bullying* intrafamiliar e o seu reflexo no âmbito escolar, abordando inicialmente o papel da família e posteriormente o da escola diante dos comportamentos agressivos e ainda, quais as causas mais comuns de agressão, e toda a influência que a intimidação sistemática pode ter no aprendizado desses jovens, trazendo como viés o *bullying* e as suas consequências no âmbito jurídico.

Palavras-chave: *Bullying*. Direito. Fenômeno.

1 Autora do artigo. Acadêmica do curso de Direito da Universidade Cruz Alta – UNICRUZ.
E-mail: dah_1903@hotmail.com.

IDEAIS ÉTICOS CICERONIANO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENTENDIMENTO DA ÉTICA E DA JUSTIÇA

*Gianluca Brum Berlezi*¹

Resumo: O presente artigo aponta uma reflexão acerca do surgimento da pretensão de um saber absoluto, com base no entendimento da ética como vínculo entre as leis humanas e naturais. Nesse sentido, é fato que o homem possui a capacidade de agir na linha reta da razão ou na contingência das emoções particulares, permeando as dualidades das ações. Sendo assim o objeto deste estudo é esclarecer a compreensão da ética e da justiça, a partir das vertentes filosóficas de Marco Túlio Cícero. O que pauta um saber favorável ou desfavorável e o que faz uma decisão ser justa ou menos justa? Para tentar aclarar essa questão, o texto volta-se a uma pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentada em ideais ciceronianos, divididos em três momentos: o primeiro dedica-se a expor o entendimento da ética ciceroniana; no segundo a ética e seu vínculo entre leis humanas e naturais; e no terceiro os vários horizontes de compreensão da ética e da justiça. Dessa forma, se esclarece a compreensão acerca da importância e das necessidades dessas virtudes para o prosseguimento apropriado de ordem na República e de Justiça no Direito.

Palavras-chave: Justiça. Virtude. República.

1 Acadêmico do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. E-mail: gianberlezi@gmail.com

NATUREZA, PATRIARCADO E MULHERES: UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO?

Aline Rodrigues Maroneze¹

Lucimary Leiria Fraga²

Resumo: Este ensaio teórico tem como objetivo principal estudar sobre relação das mulheres com a natureza e o ideal de cuidado com o meio ambiente, como sendo algo (não) inerente à mulher, para isso, buscaremos fazê-lo através de uma perspectiva ecofeminista. Dessa forma, os objetivos específicos estão estruturados em três seções trabalhadas ao longo da construção deste artigo, são eles: a) estudar sobre a (in)visibilidade feminina ao longo da história; b) pesquisar sobre o patriarcado e o reforço da ideia de dominação/subordinação, bem como o reforço dos papéis impostos às mulheres e aos homens, onde através do reforço destes papéis às mulheres estariam mais ligadas a ideia de cuidado, por fim, c) aprender sobre a relação das mulheres com a natureza, valendo-se das teorias ecofeministas e autores adeptos da ecologia profunda, como Fritjof Capra. Assim, a problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal e capitalista, que naturaliza a lógica de opressão - dominação dos homens sobre as mulheres, portanto, estariam elas mais ligadas à ideia do cuidado ambiental pelo fato de serem mulheres ou isso também foi uma construção patriarcal? Contudo, pudemos verificar que o cuidado ambiental não é inerente à mulher, é mais uma criação patriarcal, que insiste em estipular e atribuir papéis a homens e mulheres, reforçando estereótipos negativos e opressores, buscando ligar à imagem da mulher com a amorosidade e com o cuidado, e a do homem com a de superioridade e dominação, dominação esta presente inclusive na sua relação com a natureza. A metodologia utiliza o método indutivo e a revisão bibliográfica, por livros, revistas e pela busca eletrônica por artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, que tenham alguma relação com a temática de pesquisa.

Palavras-chave: Natureza, Patriarcado, Ecofeminismo, Mulheres.

1 Doutoranda em Direitos Humanos pela Unijuí. Bolsista integral CAPES/PDPG. Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

2 Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Bolsista integral PROSUC/CAPES. Mestra em Direito (URI). Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). Bacharela em Direito (URI). Pós-graduanda em Direito da criança, do adolescente e do idoso (PROMINAS). E-mail: lucimary23@hotmail.com

O ENREDO SOCIAL DO ABANDONO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA OBRA *CAPITÃES DA AREIA*, PELA VISÃO CONSTITUCIONAL

*Raquel Camargo*¹

*Dandara Roberta Soares Conceição*²

*Carla Rosane da Silva Tavares Alves*³

*Antonio Escandiel de Souza*⁴

Resumo: O romance *Capitães da Areia*, escrito por Jorge Amado foi publicado, na década de 1930, conta a história de jovens e crianças, que viviam em um trapiche na praia, em Salvador. Assim, este trabalho qualitativo, bibliográfico e descritivo, apresenta alguns dos resultados alcançados, ao logo das etapas constitutivas do projeto PIBIC-CNPq, *Linguagem & literatura: reflexões na perspectiva da Análise de Discurso Crítica*, que tem como *corpus* o romance citado, e a discussão, neste texto, centra-se na indagação: Qual o enredo social do abandono infantil, sob a ótica constitucional presente no texto literário de *Capitães da Areia*? O objetivo deste texto envolve discorrer resumidamente sobre o romance, entrelaçando, no âmbito extraliterário, a interpretação constitucional brasileira com a sociedade do passado e do presente. Desse modo, o abandono infantil, sob a ótica constitucional, denuncia as consequências da ausência estatal no atendimento das crianças em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Abandono. Crianças. Denúncia.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, Bolsista CAPES, modalidade II. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Integrante do GEPELC/Unicruz e do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta (GPJUR/Unicruz). Colaboradora do Projeto PIBIC-CNPq-Unicruz. Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail:dandarasconceicao@gmail.com.

GRUPO DE TRABALHO 3:

LINGUAGEM, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

PODER SIMBÓLICO: UMA NARRATIVA DA EVOLUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA¹

Júlia Pavani Padilha²

Roana Funke Goularte³

Carla Rosane da Silva Tavares Alves⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar resultados preliminares do projeto PIBIC/CNPq-Unicruz, intitulado: Arena jurídica: poder simbólico & interpretação. As reflexões realizadas na pesquisa foram amparadas na abordagem qualitativa, pelo procedimento bibliográfico, centrando-se nas concepções de Pierre Bourdieu e artigos da área jurídica. Ressalta-se que o poder simbólico, manifestado com excelência na área do direito, é o elemento que norteia as atividades organizacionais e estruturais, cuja aparição é notada nas relações sociais, desde o início da história humana até os dias atuais, a fim de nomear e dar permanência à estrutura de poder adquirida pelo Estado e manifestada, essencialmente, por meio da comunicação linguística. Diante disso, o poder simbólico, a linguagem e a política atuam juntos, de maneira a delimitar, de forma coercitiva e oculta, todo o sistema de atividades humanas.

Palavras-chave: Direito. Evolução. Linguagem. Poder Simbólico. Sociedade.

POR UM DIREITO QUEER: UM MANIFESTO ANTI-BINÁRIO

Lucimary Leiria Fraga¹
Aline Rodrigues Maroneze²

Resumo: O intento deste artigo é compreender como (e se) a perspectiva queer na seara jurídica poderia contribuir para o fortalecimento de práticas que revolucionem e vislumbrem sexo e gênero de forma plural e nômade, contrapondo a visão binária de mundo ainda existente na atualidade. O direito, especialmente por ter sido constituído entrelaçado a matrizes binárias, retroalimemente cotidianamente a heterossexualidade como a única via moral a ser vivenciada pelos seres humanos. Diante disso, busca-se por intermédio de uma revisão teórica acerca dos estudos queer, bem como do pensamento waratiano, desconstruir a ideia de que a sociedade siga sendo dividida em rótulos binários, sem reconhecer os indivíduos que existencialmente, divergem deste padrão. A perspectiva queer busca, sobretudo, garantir a todos os cidadãos a cidadania plena, a dignidade, e o direito de ser quem se é. Enquanto aparato metodológico, utiliza-se a abordagem analítica, visando esclarecer conceitos, assim como a abordagem hermenêutica, almejando possibilitar a compreensão da perspectiva do contexto estudado sob o prisma epistêmico complexo-paradoxal.

Palavras-chave: Perspectiva queer. Direito. Binarismo de gênero.

- 1 Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Bolsista integral PROSUC/CAPES. Mestra em Direito (URI). Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). Bacharela em Direito (URI). Pós-graduanda em Direito da criança, do adolescente e do idoso (PROMINAS). Membro do Grupo de Pesquisa Direito ao desenvolvimento e seus territórios: história, forma e possibilidades para o Noroeste Rio-Grandense (UFFS/CLACSO). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentação crítica dos Direitos Humanos (PPGDH-UNIJUÍ). Pesquisa temas relacionados a mulheres Trans, (des) identidades e direito à diferença. E-mail: lucimary23@hotmail.com
- 2 Doutoranda em Direitos Humanos pela Unijuí. Bolsista integral CAPES/PDPG- Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) stricto sensu acadêmicos com notas 3 e 4 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. Integrante do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ Biopolítica e Direitos Humanos, vinculado ao PPGDH da Unijuí. E integrante do grupo de pesquisa registrado no CNPQ Democracia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos: Olhares voltados para a complexidade do Estado e de vulnerabilidades sociais, vinculado ao PPG Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

RELAÇÕES ENTRE DIREITO E RELIGIÃO EM TEMPOS DE FUNDAMENTALISMO(S) NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA¹

Alana Taíse Castro Sartori²

Noli Bernardo Hahn³

Resumo: Este trabalho possui como tema as relações entre direito e religião, delimitando-se a estudá-las em tempos de fundamentalismo(s) na sociedade brasileira contemporânea. A pergunta central da pesquisa delimita o tema a esta questão: quais as relações entre direito e religião em tempos de fundamentalismo(s) na sociedade brasileira contemporânea? O objetivo central da pesquisa é analisar e interpretar as relações entre direito e religião no contexto fundamentalista da sociedade brasileira contemporânea. A tese alcançada é que as relações entre direito e religião em tempos fundamentalistas, no Brasil, marcam uma produção legislativa hegemônica e ameaçam o caráter laico do Estado. A pesquisa possui como método de raciocínio a dedução, com abordagem analítico-interpretativa e procedimento bibliográfico.

Palavras-chave: Direito. Religião. Fundamentalismo(s). Brasil.

1 Artigo revisado, originalmente publicado na Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad, V. 08, nº 02, maio-ago., 2022, artigo nº XX.

2 Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus de Santo Ângelo. Professora do curso de graduação em direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: alasartori@unicruz.edu.br

3 Doutor em Ciências da Religião. Docente da URI.

SOBRE O MARXISMO NO DIREITO

João Pedro Silveira Aquino¹

Vanessa Steigleder Neubauer²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma linha de raciocínio retomando aspectos do pensamento marxista e seu contexto histórico voltado para a área do direito — a modo de pontuar as contribuições da doutrina marxista para o universo Jurídico. Para isso o presente texto discorre sobre a função do pensamento e a lógica da dialética, acompanhado dos casos históricos específicos que trouxeram a doutrina do pensamento marxista seu devido avanço, reconhecendo também seus fatores específicos; de Marx e Engels para Lenin, Stalin, Stucka, Pachukanis, Rosa Luxemburgo, Mao Zedong e Paulo Freire, por exemplo. Nessa linha de pensamento os fundamentos selecionados apresentam um caminho sobre a lógica do pensamento e sua especificidade histórica e social para a maneira como nos entendemos e nos identificamos; no próximo passo temos quanto a organização do ser humano e sociedade, a função histórica do Estado e do direito e seu futuro sob a ótica marxista da luta de classes. O estudo de cunho bibliográfico qualitativo está articulado com os propósitos do grupo de pesquisa em Práticas jurídicas da Universidade de Cruz Alta Gpjur.

Palavras-chave: Direito. Filosofia. Marxismo.

SUBJETIVIDADE, PODER E LINGUAGEM: UMA INVESTIGAÇÃO EM DELEUZE E GUATTARI

Alexandre de Lima Castro Tranjan¹

Resumo: O presente artigo se debruça sobre a filosofia da linguagem dos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, a fim de localizar na obra de ambos os autores uma hermenêutica crítica, profundamente vinculada à análise da sociabilidade em que a comunicação se insere. Com isso, levam-se em consideração as observações de ambos os pensadores, cotejados com Foucault e Althusser, acerca da moldagem da subjetividade que diferentes mecanismos de poder, na forma de aparelhos ideológicos, realizam sobre indivíduos na medida em que atendem aos interesses da reprodução do modo de produção. Ao final, é traçada ainda uma análise sobre a psicopolítica definida por Byung-Chul Han a partir da ideia deleuziana de Sociedades de controle, que entendemos, com Deleuze e Guattari, e também Althusser, momento atual do modo de produção capitalista e de suas formas ideológicas.

Palavras-chave: Deleuze e Guattari. Hermenêutica. Ideologia. Sociedades de controle. Psicopolítica.

1 Doutorando em Filosofia e Teoria Geral do Direito na Universidade de São Paulo, onde se graduou em direito e atua como assistente de docência em Filosofia do Direito e Introdução ao Estudo do Direito. Email: alexandre.tranjan@usp.br.

UMA VISÃO SOBRE ESTRUTURA SOCIAL E CRIME A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME CORINGA

Olivério de Vargas Rosado¹

Leonel Severo da Rocha²

Resumo: O presente artigo, através do método dedutivo, tem como objetivo principal analisar as questões mais polêmicas atinentes ao filme *Joker* (Coringa), um filme de suspense psicológico estadunidense de 2019, dirigido por Todd Phillips. Baseado no personagem de mesmo nome da DC Comics, o filme é estrelado por Joaquin Phoenix como o Coringa. A partir da história retratada na obra cinematográfica foram verificadas diversas situações que envolvem doença mental, abuso materno, abandono paterno, abandono Estatal, violência, dentre outros. Situações que acabam gerando uma revolta no personagem principal, desencadeando atos de violência e brutalidade. A partir destas situações será discorrido o presente trabalho com foco na sociedade, no crime e na violência, sendo a sociedade causadora destes comportamentos, no momento em que não observa as relações entre os indivíduos desta sociedade. Enquanto o Ente Estatal não observa parâmetros estabelecidos em sua Carta Magna, referentes a o princípio basilar da humanidade, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana, pessoas que pertencem a este contexto social tendem a se “rebelarem” contra o sistema a partir da prática de atos de violência e brutalidade.

Palavras-chave: Sociedade. Criminoso. Fatores sociais. Coringa.

1 Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto e Médio Uruguai e Região (URI), campus de Santo Ângelo/RS – e-mail: oliveriorosado@aluno.santoangelo.uri.br

2 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto e Médio Uruguai e Região (URI), campus de Santo Ângelo/RS

GRUPO DE TRABALHO 4:

**LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
HUMANA**

A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC) COMO ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA EM ETNOPESQUISAS-FORMAÇÕES

Pedro Henrique Alves Santos¹
Leila Kalinny Gomes de Souza²
Marcelo Silva de Souza Ribeiro³

Resumo: O presente ensaio objetiva discutir a aproximação da Etnopesquisa-formação com a Análise de Discurso Crítica (ADC) e, desta forma, colaborar com a elaboração de estudos qualitativos engajados que possibilitem a transformação e crítica social. Para tanto, este estudo formou-se pela articulação de dados bibliográficos e dividiu-se em três momentos: apresentação dos modos de compreensão da realidade a partir da ADC e do Realismo Crítico; em seguida, discorreu-se sobre os aspectos metodológicos, epistemológicos e ontológicos da ADC; e, por fim, foram formuladas assertivas de uma proposta de articulação da etnopesquisa-formação aliada a análise de discurso crítica, ambos em um paradigma interpretativo-crítico, convergente entre as abordagens. Sugere-se a elaboração de novos estudos acerca dessa aproximação, sobretudo oriundos de experiências de pesquisas e trocas coletivas.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica (ADC). Etnopesquisa-formação. Paradigma interpretativo-crítico. Psicologia Social. Realismo Crítico.

- 1 Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), na linha de pesquisa 'Processos Sociointerativos e Desenvolvimento Humano'. Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF). Integrante do LEPPF - Laboratório de Estudos e Práticas em Pesquisa-Formação. E-mail: pedrohenriquealvessantosadv@gmail.com
- 2 Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), na linha de pesquisa 'Processos Sociointerativos e Desenvolvimento Humano'. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: leila.kalinny@gmail.com
- 3 Pós-doutorado em Educação – UFBA, Departamento de Educação, vinculado ao grupo de pesquisa FORMACCE, tendo como orientador o prof. Roberto Sidnei Macedo. Doutorado em Ciências da Educação - Université du Québec à Chicoutimi / Université du Québec à Montréal (2013). Mestrado em Educação em Pesquisa - Université du Québec (2003). Especialização em Produção de Mídias para Educação Online (UFBA/2018), em Educação a Distância (SENAC-AL/2011) e em Educação Especial (UFAL/1994). Graduação em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Maceió (1994). Coordenador do LEPPF - Laboratório de Estudos e Práticas em Pesquisa-Formação. E-mail: mribeiro27@gmail.com

A COMUNICAÇÃO PARA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

*Allana Agatha Viégas
Vanessa Steigleder Neubauer
Gabriela Portela Azeved
Ketlin Tainá Rodrigues Brondolt*

Resumo: O presente artigo busca demonstrar a importância da preparação dos jovens para inserção no mercado de trabalho, a partir de algumas das vivências do projeto de demanda induzida Compreender e qualificar para potencializar habilidades: preparação de jovens do projeto Basketito para a inserção no mercado de trabalho, o qual está articulado a agência de empreendedorismo da Start da Universidade de Cruz Alta. Compreende-se que a comunicação adequada na preparação e capacitação para o ingresso no universo do trabalho é fundamental. O estudo se justifica pelo fato que a adolescência é uma fase da vida decisiva, que requer um desenvolvimento, que caminhe para um amadurecimento de funções cognitivas como característica de aquisição de habilidades básicas necessárias para se enfrentar o contexto do mundo dos adultos. A pesquisa é de metodologia mista de cunho qualitativo, bibliográfico e descritivo.

Palavras-chave- Educação 1. Adolescentes 2. Habilidades 3.

A EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL E SEU ACESSO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Fabício da Silva Aquino¹

Isadora Ferraz Reichembach²

Laura Melo Cabral³

Maria Bibiana Azevedo Patatt⁴

Resumo: O presente artigo objetiva-se pesquisar acerca da concretização do direito à educação, bem como a importância da universidade particular/comunitária e bolsas governamentais para que se alcance tal objetivo, trazendo de uma forma breve uma abordagem acerca do direito fundamental a educação em uma linearidade histórica e as ferramentas atuais do poder público, tais como ProUni e Fies, para alcançar maiores estáticas de expansão e fomento à educação de nível superior. Pergunta-se: qual o caminho percorrido para concretizar o direito à educação aos cidadãos brasileiros? Abordam-se os principais desafios desse panorama no viés jurídico e os obstáculos existentes. Utilizou-se da abordagem quali-quantitativa, em pesquisa procedimentalmente bibliográfica.

Palavras-chave: Igualdade. Constituição Federal. Direitos Sociais.

1 Universidade de Cruz Alta/RS, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta/RS, Brasil. E-mail: faquino016@gmail.com

2 Universidade de Cruz Alta/RS, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta/RS, Brasil. E-mail: isaferazreich@gmail.com

3 Universidade de Cruz Alta/RS, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta/RS, Brasil. E-mail: lauracabral2000@gmail.com

4 Universidade de Cruz Alta/RS, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta/RS, Brasil. E-mail: bipatatt@hotmail.com

A EDUCAÇÃO NO CHILE – LIÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO A SEREM APRENDIDAS OU (DES) APRENDIZADAS PELO O BRASIL?

Rodrigo Antonio Rodrigues Alves¹

Márcio Jean Malheiros Mendes²

Sirlei de Lourdes Lauxen³

Vânia Maria Abreu de Oliveira⁴

Resumo: A partir da educação que se propicia à população novas oportunidades, pois é fundamentada nela que existe a possibilidade da redução de taxas de desigualdades sociais e diminuição da pobreza. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é uma pesquisa mundial que acompanha a educação de alunos a partir dos 15 anos de idade, ocorre de maneira trianual e possui a matemática, leitura e a ciências como principais habilidades a serem acompanhadas. Com isso, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a educação no Chile e verificar quais as possíveis lições que o Brasil pode aprender e desaprender com o sistema educacional conduzido por este país. A fim de atingir o objetivo pautado, selecionou-se os procedimentos metodológicos embasados na revisão bibliográfica e através de um estudo de caso com abordagem do caráter de pesquisa exploratória, com foco em uma análise comparativa entre a educação do Chile e do Brasil.

Palavras-chave: Educação. Lições. Aprendizado. Desaprendizado, Chile e Brasil.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. E-mail: rodrigo.alves@iffarroupilha.edu.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. Bolsista CAPES. E-mail: marciojmmendesadv@gmail.com.

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br.

4 Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. E-mail: vfreitas@unicruz.edu.br.

A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE O ODS 4 EDUCAÇÃO E O DISCURSO MERCADOLÓGICO PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ariele Souza de Vargas¹

Sirlei de Lourdes Lauxen²

Solange Billig Garcês³

Resumo: Este artigo versa sobre a presença da Educação Superior nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, ODS 4 analisando-o sob a ótica da presença de discursos mercadológicos de organismos internacionais na criação de políticas públicas para Educação Superior como a própria Organização das Nações Unidas entre outros, a fim de compreender o aspecto desse objetivo contemplar apenas a Educação Básica. O Objetivo deste artigo é de incorporar os estudos da disciplina de Desenvolvimento Social e Emancipação, efetivados durante o primeiro semestre de 2022 junto ao tema proposto para os estudos da Tese em construção. A metodologia utilizada se deu através de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. A estrutura do artigo apresenta a compreensão dos ODS, analisando o ODS- 4 no que concerne a Educação e por fim traz à luz do diálogo a influência dos Organismos Internacionais na Educação Superior. Concluiu-se neste sentido que os diálogos sobre a Educação Superior a partir destes organismos permeiam o desenvolvimento da Educação Básica plenamente gratuita, mas a premissa não é a mesma para a Educação Superior.

Palavras-chave: ODS. Educação Superior. Organismos Internacionais. Mercantilização.

1 Doutoranda no Programa de Pós Graduação da Universidade de Cruz Alta -UNICRUZ – Bolsista Capes no Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social: arielesouzadevargas@gmail.com.br

2 Doutora em Educação (UFRGS) com estágio pós doutoral (UFRGS – Ulisboa) e professora coordenadora do Programa de Pós Graduação em Práticas Sócio culturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Email: slauxen@unicruz.edu.br

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br.

A LINGUAGEM ACADÊMICA E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO E REFLEXIVO

Gianluca Brum Berlezi Berlezi¹

Resumo: O presente artigo aponta uma reflexão acerca do domínio da linguagem acadêmica, e a complexidade no entendimento e na formação do pensamento crítico-reflexivo. Sendo assim o objetivo deste estudo é compreender a forma especializada de comunicação da linguagem acadêmica, sua prática e expressão; bem como o processo de aprendizagem e formação do pensamento crítico nos alunos na análise e discussão de problemas. Para aclarar essa questão, o texto volta-se a uma pesquisa de cunho bibliográfico, dividida em dois momentos: o primeiro dedica-se a expor o entendimento e uso da linguagem acadêmica; no segundo momento, trata sobre os fundamentos e importância da formação do pensamento crítico. Desta forma, busca-se esclarecer a importância e a necessidades da formação crítica-reflexiva, na leitura e interpretação de textos, permitindo analisar diferentes perspectivas, buscando evidências e argumentos sólidos para expressão de suas ideias.

Palavras-chave: Linguagem. Comunicação. Expressão.

1 Acadêmico do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. E-mail: gianberlezi@gmail.com

A SOCIOAFETIVIDADE PATERNA ELUCIDADA PELA TEORIA TRIDIMENSIONAL E OS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO

Inaiê Bastos Silveira¹

Bianca Strücker²

Resumo: Nesta pesquisa objetiva-se compreender a socioafetividade paterna a partir da teoria tridimensional e efeitos no direito sucessório. Pergunta-se: qual a aplicabilidade da teoria tridimensional para a socioafetividade paterna? A teoria tridimensional da família, de Pedro Belmiro Welter, dispõe que o ser humano é compreendido como um ser tridimensional, habitando o mundo genético, afetivo e ontológico de forma simultânea e coexistente e, a partir dessa dinâmica que é possível deprender as novas dinâmicas da família, neste caso a socioafetividade paterna que demonstra que as relações biológicas não são necessariamente afetivas e as relações afetivas podem ser familiares, existindo uma nova linguagem familiar do complemento paterno, ou seja, além do pai biológico se tem o pai socioafetivo. Em termos metodológicos, a pesquisa emprega a lógica dedutiva e abordagem analítico-hermenêutica. Assim, quando o direito reconhece a relação socioafetiva, o legislador trás uma nova leitura para o direito sucessório, conforme constatado por súmula na Câmara do Tribunal do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Socioafetividade. Paternidade. Teoria tridimensional. Sucessão.

1 Estudante do 7º semestre do Curso de Direito da Universidade Cruz Alta - UNICRUZ. Universidade de Cruz Alta/RS. E-mail: inaie.bastos@sou.unicruz.edu.br

2 Professora do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Doutora em Direito pela URI Santo Ângelo/RS. E-mail: bistrucker@unicruz.edu.br

ALGUMAS LEIS QUE AMPARAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Léa Cristiane Ramos

Vaneza Cauduro Peranzzoni

Solange Beatriz Bilig Garces

Resumo: Este artigo faz o resgate de algumas leis que amparam as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), pois é importante que as famílias se apropriem delas para fazer valer os direitos das pessoas com TEA, possibilitando a acessibilidade a locais e a tratamentos necessários. A metodologia utilizada é a revisão de literatura, com pesquisa bibliográfica, através da qual a pesquisadora constatou que existem inúmeras leis, porém nem todas as pessoas tem acesso a elas. Com isso, verificou-se a necessidade de compartilhar de forma mais acessível às famílias.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Espectro Autista.

COTAS RACIAIS COMO ALTERNATIVA DE REPARAÇÃO HISTÓRICA PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Fagner Fernandes Stasiaki¹

Edemar Rotta²

Resumo: O Brasil é marcado por intensas desigualdades regionais, étnico-raciais e econômicas, o que motivou as ações afirmativas de cotas em prol dos estudantes historicamente segregados. A presente pesquisa tem como objetivo discutir a exclusão estrutural a que são submetidos os negros e pobres na sociedade brasileira e como a lei de cotas pode representar uma possibilidade de reparar, em parte, esse processo histórico e ampliar as possibilidades de exercício da cidadania desses grupos historicamente excluídos. Metodologicamente opera-se nas premissas da dialética, por meio de uma pesquisa bibliográfica no sentido de identificar aspectos relacionados, de forma especial, ao acesso à educação. Por conseguinte, a análise consiste em pensar as cotas raciais como um processo interativo, observando assim, as desigualdades educacionais históricas no Brasil.

Palavras-chave: Cotas Raciais; Educação; Exclusão Social; Política Pública.

DIÁLOGO HERMENÊUTICO: METODOLOGIA QUE POTENCIALIZA REFLEXÕES PEDAGÓGICAS NO ESPAÇO VIRTUAL

*Adelson Silva da Costa*¹

*Maria da Conceição Nascimento Marques*²

*Marcelo Silva de Souza Ribeiro*³

*Cidicléia Gomes da Silva Santos*⁴

Resumo: O artigo relata a condição de elaboração e continuidade de um grupo de estudos de jovens estudantes da educação básica, no período de 2020 a 2022, em Salvador/Bahia, no período de isolamento social por conta da pandemia de Covid 19, substituindo o espaço de pesquisa de “campo real” e da prática pedagógica por um espaço virtual, com o objetivo de compreender o diálogo hermenêutico enquanto caminho e facilitador da formação de jovens. A análise feita privilegiou destacar a dimensão do diálogo como eixo transversal de toda a experiência. Em relação aos resultados é possível apreender o espaço virtual como *locus* possível de discussão e produção de conhecimento potencializado pela via do diálogo, uma vez que a abertura e o interesse genuíno pelo outro, a autonomia e a confirmação em relação aos interesses dos jovens foram vividas como a própria metodologia viva de modo a revelar as mudanças vividas pelos próprios proponentes do grupo de estudos.

Palavras-chave: Diálogo. Metodologia. Tecnologia digital.

1 Professor Doutorando. UNEB. E-mail: adelsongeotec@hotmail.com

2 Professora Mestre. Secretaria Municipal Salvador/BA. E-mail: marquesconceicao65@gmail.com

3 Professor Doutor. UNIVASF. E-mail: nucleonupie@gmail.com

4 Professora Mestre. Secretaria de Educação da Bahia. E-mail: cidosni1@gmail.com

EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DIGITAL: VANTAGENS E DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Michele Zaltron¹

Jéssica Woyciechowsky²

Juliana Batista³

Rita de Cássia Nascimento da Rosa⁴

Resumo: A presente pesquisa visa abordar o papel da educação na inclusão digital e como essa inclusão pode impactar na educação, bem como, os desafios enfrentados nesse processo. Na atualidade o uso da tecnologia tem se tornado fundamental em diversos setores da sociedade, inclusive nas escolas, onde se tornou uma ferramenta valiosa para os alunos/as e professores/as, proporcionando diversas vantagens. Dessa forma, a educação é imprescindível na inclusão digital, permitindo que as pessoas adquiram habilidades e conhecimentos para usufruir da tecnologia de forma eficaz. No entanto, a inclusão digital ainda enfrenta muitos desafios, como o acesso à tecnologia e internet, e com a falta de habilidades e conhecimentos necessários para usar a tecnologia de forma eficaz e segura.

Palavras-chave: Educação. Inclusão Digital. Sociedade. Tecnologia.

1 Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Curso de Graduação em Direito. Acadêmico/a do 8º Semestre. E-mail: zaltronmichelli@hotmail.com

2 Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Curso de Graduação em Direito. Acadêmico/a do 8º Semestre. E-mail: jessicawoyciechowski@hotmail.com.br

3 Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Curso de Graduação em Direito. Acadêmico/a do 8º Semestre. E-mail: jhu3089@gmail.com

4 Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Curso de Graduação em Direito. Acadêmico/a do 8º Semestre. E-mail: ritinha0308@gmail.com

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES LINGÜÍSTICAS SOBRE PRÁTICAS DE LEITURA, ESCRITA E LETRAMENTO¹

Jefferson Luis da Silva Cardoso²

Rosângela Araújo Darwich³

Resumo: A investigação de práticas educativas no contexto da pandemia de Covid-19 pode fundamentar avanços significativos no período pós-pandêmico. O problema levantado neste estudo é referente a como os professores exercitaram a leitura, a escrita e o letramento dos alunos no contexto da pandemia de Covid-19. O objetivo é analisar as formas e os meios pelos quais os professores das séries iniciais exercitam a leitura, a escrita e o letramento dos alunos em cenários pandêmicos. O referencial teórico é embasado em Soares (2012), Lerner (2008), Kleiman (2012), Mortatti (2004), Batista (2012) e Gomes (2010), dentre outros. A metodologia de estudo de campo conta com levantamento bibliográfico seguido de aplicação de questionário fechado e análise interpretativa. Como resultados, as atividades educacionais viram na tecnologia aliada às mídias digitais toda sua força no cenário pandêmico, sendo estas determinantes para o “continuar” da formação humana.

Palavras-chave: Linguagem. Leitura e Escrita. Letramento. Formação Humana. Educação.

- 1 O estudo em tela é recorte de uma pesquisa maior realizada em 2021 sobre a prática docente na pandemia de COVID-19 a partir dos temas leitura, escrita e letramento, como atividade acadêmico-científica do curso de doutorado pelo PPGCLC/UNAMA.
- 2 Doutorando pelo PPGCLC/UNAMA, Mestre em Educação pela UEPA, Pedagogo pela UFPA e Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. E-mail: jefferson.cardoso@ufra.edu.br
- 3 Doutora em Psicologia pela UFPA e docente permanente do PPGCLC/UNAMA. Universidade da Amazônia - UNAMA. E-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

AS COLONIALIDADES DO SER E DO SABER: O IMPACTO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS

Camilly Laís Lütkemeyer¹

Gabriela Felden Scheuermann²

Resumo: O presente artigo visa analisar de que forma se dá, a partir de uma estrutura social eminentemente colonial e eurocentrada, a construção das identidades negras tomando como embasamento autores e pesquisadores da temática, como Frantz Fanon. Para além, visa analisar de que maneira se articula a colonialidade do ser e do saber, especificamente dentro do âmbito educacional, considerando a perspectiva trazida pelo autor Aníbal Quijano. Como objetivo central, o artigo busca verificar de quais formas a educação antirracista, incorporada formalmente no sistema educacional brasileiro por meio das Leis 10.369/2003 e 11.645/2008, sendo essas frutos de diversos movimentos negros e indígenas, pode impactar na construção de identidades, com enfoque na construção de identidades de crianças e adolescentes negros.

Palavras-chave: Identidades negras. Colonialidade. Educação Antirracista. Crianças. Adolescentes.

MAIÊUTICA E PERIPATÉTICA: METODOLOGIAS FILOSÓFICAS ESSENCIAIS NO PROCESSO DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Andreson Corte Ferreira da Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral compreender a importância das metodologias filosóficas: maiêutica e peripatética, no processo de ensino da disciplina de geografia. Com a narrativa escrita devidamente estruturada nos seguintes objetivos específicos: conceituar as metodologias, maiêutica e peripatética; averiguar a maiêutica no que contribui para com a aprendizagem da ciência geográfica; e, descrever a importância da peripatética no processo de ensino da geografia. O referencial teórico tem como primazia a análise dos métodos desenvolvidos por dois grandes pensadores que estabelece o saber científico na sociedade ocidental, Sócrates e Aristóteles. O ensino da geografia é de fato corroborado com o auxílio de metodologias da didática que proporcionam a eficácia para com a aprendizagem dos discentes. Entretanto, o artigo foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Geografia.

1 Especialista em Docência Universitária (FACITE). Bacharel em Teologia (Faculdade Real de Brasília e Faculdade João Calvino). Licenciado em Sociologia (UNIP) e Pedagogia (Faculdade Intervale). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0419618132601954>. FACITE, Programa de Graduação em Pedagogia, Santa Maria da Vitória, Bahia, Brasil. E-mail: evangelistacorte@gmail.com

O ACESSO À EDUCAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS COMO EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA

Iara Sabina Zamin¹

Cátia da Silva Herter²

Bruna Laís da Veiga Kazmirczuk³

Solange Beatriz Billig Garces⁴

Resumo: Esta pesquisa aborda a educação como efetivação da formação humana no viés do envelhecimento, fomentando a importância do acesso de pessoas idosas à educação, para continuidade de seus projetos de vida, ampliação da linguagem, das visões de mundo e de uma formação humana efetiva e integral, em que o idoso, assuma novas perspectivas de vida, desenvolvendo-se continuamente durante toda sua existência, bem como, participando ativamente da sociedade e de fato, exercendo sua cidadania. Nesse sentido, este estudo é de cunho bibliográfico, seguindo uma abordagem qualitativa e tendo como finalidade, explorar e descrever sobre o fenômeno educacional e sua importância principalmente para a pessoa idosa em nosso país, em que o envelhecimento e a consequente exclusão da pessoa idosa, é indubitavelmente uma realidade no Brasil, exigindo assim debates, estudos e transformações.

Palavras-chave: Emancipação. Educação. Envelhecimento.

1 Discente em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Unicruz - Direito do Idoso (2022). Graduada em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis (2016).E-mail:iarazamin@gmail.com.

2 Egressa do curso de Pedagogia da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Discente do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail:herter851@gmail.com.

3 Egressa do curso de Direito pela Universidade de Cruz Alta - Unicruz. Discente do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: kazmirczukbruna@gmail.com.

4 Pesquisadora do GIEEH-Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – Docente do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br.

O ENSINAR DO DIREITO: DA EXPERIÊNCIA DOGMÁTICA À ESPERANÇA DE OUTROS SABERES

*Fernando Martins Ferreira*¹

*Antônio Escandiel de Souza*²

*Sirlei Lauxen*³

*Vania Maria Abreu de Oliveira*⁴

Resumo: O artigo abordará sobre o Ensinar do Direito entre a experiência dogmática e a esperança de outros saberes para o aprendizado, sem o apego ao dogmatismo e tecnicismo, que deixa a formação humanista em plano secundário. À exceção de Pedagogia e Licenciaturas, o Ensino do Direito se limita(va) às leis, doutrinas e jurisprudências, desestimulando os docentes, com ideias preconcebidas, dificultando a autonomia cognitiva e em meio às transformações sociais. O Ensino do Direito precisa adaptar-se a exigências sociais, onde o professor se torne um mediador pedagógico, pela consciência, palavra e o diálogo como chave da comunicação e da educação, revendo-se as infraestruturas e o ensino desfragmentado para uma formação integral pela vivência em áreas do saber. Um ensino transversal, interdisciplinar e transdisciplinar para o [re] significar da sala de aula com foco na cidadania, útil à sociedade, para torná-la melhor com o conhecimento adquirido.

Palavras-chave: Ensino. Direito. Saberes. Dogmatismo. Inovação.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Prática Sociocultural e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). RS. Brasil. fferreira@unicruz.edu.br

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Sociocultural e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). RS. Brasil. asouza@unicruz.edu.br

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Sociocultural e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). RS. Brasil. slauxen@unicruz.edu.br

4 Docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Sociocultural e Desenvolvimento Social. Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). RS. Brasil. vfreitas@unicruz.edu.br

O SENSÍVEL MANIFESTO NA DANÇA COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO HUMANA

Carla Furlani¹

Vanderlei Carbonara²

Resumo: O presente artigo, aproxima a experiência da dança à proposta hermenêutica gadameriana dialogando acerca do saber prático da *phronesis* e a formação da sensibilidade com um critério particular, a presença do outro. O referencial bibliográfico elucidado, percorre os escritos de Hans-Georg Gadamer, Márcia Tiburi, Nadja Hermann e Vanderlei Carbonara. Apresentando a dança, enquanto vir-a-ser, na possibilidade de formação do sensível atuante na relação moral. Este escrito integra a dissertação, *A manifestação da sensibilidade na dança como possibilidade de formação humana: um estudo a partir da hermenêutica filosófica*; apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul-RS (UCS), sob a orientação do Professor Doutor Vanderlei Carbonara.

Palavras-chave: Dança. Hermenêutica Gadameriana. Formação da Sensibilidade.

1 Licenciada em Dança (UNICRUZ) e Mestra em Educação (UCS). E-mail: cfurlani@ucs.br

2 Graduado e Mestre em Filosofia, Doutor em Educação, professor na Área de Humanidades, atuante nos Cursos de Graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Filosofia, da Universidade de Caxias do Sul-RS (UCS). E-mail: vanderlei.carbonara@ucs.br

O TRATAMENTO E A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS GRAVES: UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Tiago Viégas Zamberlan¹

Resumo: Um dos campos mais férteis para a aplicação prática da psicanálise no campo educativo, de acordo com Kupfer (2013), é o da educação especial, pois são em transtornos do desenvolvimento mais graves, como o autismo e a psicose, que uma educação iluminada pela psicanálise pode ir além das leituras do campo educativo. Nesses casos, segundo a psicanalista (2013), cabe perfeitamente uma reeducação orientada pela psicanálise, diferentemente do que acontece quando a criança chega à análise com demanda, sintoma e fantasma constituídos. Com objetivo de demonstrar como isso se dá, tendo como base as palavras de Freud em seu texto que é prólogo do livro “Juventude Abandonada”, de Aichhorn, Kupfer (2013), faz um percurso assim constituído: historiciza os encontros entre o tratamento e a educação de crianças com transtornos graves; apresenta o diagnóstico de psicose e de autismo pela ótica psicanalítica; demonstra que o tratamento clássico não se adequa para tais casos; e propõe outras formas de tratamento, a partir do qual se estabeleceria uma aliança entre educação e tratamento.

Palavras-chave: Aprendizagem. Autismo. Educação. Psicanálise. Psicose.

1 Acadêmico do nono semestre do curso de Psicologia da UNIJUÍ, bolsista de Iniciação Científica do sub-projeto “Da interface entre psicanálise e educação: considerações a partir do pensamento freudiano” financiado pela FAPERGS. tiago.zamberlan@sou.unijui.edu.br

PRESERVAÇÃO CULTURAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DAS REPRESENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS

*Tarcisio Dorn de Oliveira*¹

*Patrícia Viana Pereira de Lima*²

*Thaís Carpes Pereira*³

Resumo: A educação patrimonial é uma prática educativa que tende a preservar e proteger as representações arquitetônicas de certo lugar, instigando a conscientização e o envolvimento da comunidade nesse processo. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a preservação das representações arquitetônicas, essas entendidas como patrimônio, ao considerar que elas interferem na formação humana e social dos sujeitos e evidenciando a educação patrimonial como uma possibilidade ativa de salvaguarda da arquitetura. Considerando os procedimentos, a metodologia empregada na pesquisa ancora-se em uma revisão bibliográfica. Tornase evidente que, através da educação patrimonial, o indivíduo consegue entender, compreender e preservar a cultura e a história de sua região o que faz com que se consiga valorizar ainda mais a sua existência. Assim, a educação patrimonial contribui para a formação da consciência crítica e cidadã sendo capaz de fazer com que todos entendam a importância da preservação, da identidade e das memórias das cidades.

Palavras-chave: Representações arquitetônicas. Memória urbana. Pertencimento. Preservação ambiental. Educação patrimonial.

- 1 Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação (CESME). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Artes pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Educação: espaços e possibilidades para educação continuada pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com.
- 2 Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista IC/CNPq. E-mail: patricia.lima@sou.unijui.edu.br.
- 3 Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Bolsista IC/Unijuí. E-mail: thais.pereira@sou.unijui.edu.br.

UMA SÍNTESE ACERCA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E À CIDADANIA

Ketlin Tainá Rodrigues Brondolt¹

Luiz Eduardo Rodrigues Prola²

Allana Agatha Viégas³

Vanessa Steigleder Neubauer⁴

Resumo: A participação social das pessoas idosas vai além do direito de expressar suas opiniões e tomar decisões sobre os assuntos que lhes dizem respeito. Inclui também a sua participação ativa na vida social, política e cultural. É preciso garantir o pleno exercício da cidadania a eles, reconhecer sua dignidade, autonomia e igualdade de direitos perante a lei. No entanto, persistem problemas como o estigma associado ao envelhecimento, a falta de políticas públicas efetivas e a discriminação por idade. A sociedade civil e as entidades públicas desempenham um papel fundamental na promoção destes direitos, na sensibilização da sociedade, no acompanhamento da implementação das políticas e na oferta de programas e serviços específicos. Além disso, é importante garantir o bem-estar dos idosos, promover atividades de lazer, desporto, cultura e outras formas de entretenimento, combater o isolamento social e desafiar os estereótipos negativos associados à idade.

Palavras-chave: Pessoa Idosa. Cidadania. Exclusão. Política.

1 Acadêmica do 7º semestre do curso de Direito da Unicruz. Bolsista do projeto Universidade e Sociedade : A Comunicação como aliada do Asilo Santo Antônio no trabalho de sensibilização da comunidade local e regional. E-mail: kbrondolt@gmail.com

UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR DO CONCEITO DE PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

Rodrigo Antonio Rodrigues Alves¹

Caroline Pottker²

Gabriela Dickel das Chagas³

Resumo: A categoria “Práticas Socioculturais” é recorrente em publicações acadêmicas. Servindo, inclusive, utilizada como fundamentação teórica e epistemológica de Programa de Pós-Graduação. No entanto, a delimitação de seu significado é bastante sutil, não constituindo-se como um conceito estático. Ao passo que essa abertura conceitual pode ser positiva, na medida em que permite que a ciência acompanhe as transformações da realidade, eventual imprecisão terminológica pode comprometer a cientificidade das publicações. Nesse sentido, a proposta central desse artigo é discutir, à luz do direito, da assistência social, da psicologia e da administração as nuances conceituais da expressão “prática sociocultural”, uma vez que se admite sua relevância científica. O artigo está alicerçado na metodologia da revisão de literatura.

Palavras-chave: Práticas Socioculturais. Multidisciplinaridade.

-
- 1 Graduado em Administração (UNICRUZ). Mestre em Administração (UNISC). Doutorando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Administrador no Instituto Federal Farroupilha (IFFar campus Panambi). E-mail: rodrigo.alves@iffarroupilha.edu.br
 - 2 Graduada em Psicologia (URI Campus Santo Ângelo). Mestra em Psicologia (UFSM). Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: cpottker@gmail.com
 - 3 Advogada (OAB/RS nº130.847). Mestra e doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: gabrieladdchagas@gmail.com

A CONTROVÉRSIA EM TORNO DA NIMESULIDA: UMA ANÁLISE DA SUA LIBERAÇÃO E IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA.

Guilherme da Silva Machado¹

Bruna Almeida da Silva²

Resumo: A nimesulida é um fármaco anti-inflamatório não esteróide (AINE) e foi muito utilizado até 2016, quando seu uso foi restrito devido às preocupações com sua hepatotoxicidade. No entanto, em 2019, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu reverter a restrição e permitir o uso do medicamento novamente, sob certas condições. Evidencia-se, portanto, que o ponto chave de ação da maioria dos medicamentos, com ênfase a nimesulida, se dá a partir do bloqueio de enzimas específicas, impedindo a metabolização do ácido araquidônico em prostaglandinas causadoras dos sintomas enfrentados. Contudo, complicações adversas são observadas nesse medicamento, chegando ao ponto de seu uso ser proibido em diversos países. Portanto, esta pesquisa busca investigar os potenciais impactos legais da liberação da nimesulida sobre o direito à saúde no Brasil e, também explorar de forma técnica o funcionamento da medicação no organismo humano. Para isso, será realizado um estudo qualitativo e interdisciplinar, com revisão bibliográfica e análise de documentos relacionados a regulamentação da nimesulida e a saúde pública no país.

Palavras-chave: Medicamento. Complicações. Interação. Normativas. Legalização.

-
- 1 Graduando em Fisioterapia pela Universidade de Cruz Alta/RS. Técnico em Informática pelo Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos/RS. E-mail: gm511370@gmail.com
 - 2 Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta/RS. Pós graduanda em advocacia trabalhista pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). E-mail: ||bruna_almeida.a@outlook.com

A VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS DIANTE DO REGISTRO CIVIL E DA VACINAÇÃO DE CRIANÇAS¹

Aline Antunes Gomes²

Bianca Strücker³

Inaiê Bastos Silveira⁴

Isadora Ferraz Reichembach⁵

Resumo: A pesquisa analisa a evolução familiar, as novas concepções de família e seus reflexos jurídicos, especialmente quanto ao registro e reconhecimento dos filhos/as e a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis em cumprir o esquema vacinal. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental, explicativa, com método de abordagem hipotético-dedutivo. Quanto aos resultados, ressalta-se que a Constituição Federal assegura proteção extensiva para as famílias, incluindo as que não estão expressamente previstas em seu texto. Contudo, há muitas situações de vulnerabilidade intrafamiliar que dificultam a garantia dos direitos aos indivíduos, como a falta de registro civil, que impede a concretização dos direitos de cidadania; e o choque entre o direito à autonomia familiar e a proteção da saúde e desenvolvimento das crianças no que diz respeito à obrigatoriedade de cumprimento do esquema vacinal, que tem trazido impactos negativos para o Brasil, como, por exemplo, o retorno de doenças já anteriormente erradicadas.

Palavras-chave: Famílias. Registro Civil. Vacinação. Autonomia.

1 Artigo produzido pelo Projeto de Pesquisa “A família atual brasileira e os reflexos jurídicos das demandas envolvendo registro e reconhecimento dos filhos/as, proteção da saúde das crianças e controle vacinal”, aprovado pelo edital nº 54/2022 da UNICRUZ.

2 Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Doutoranda em Direito pela UFSC. E-mail: algomes@unicruz.edu.br.

3 Professora do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta/RS (UNICRUZ). Doutora em Direito pela URI/SAN. E-mail: bistrucker@unicruz.edu.br.

4 Universidade de Cruz Alta, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: inaie.bastos@sou.enucruz.edu.br.

5 Universidade de Cruz Alta, Curso de Graduação em Direito, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: isaferrazreich@gmail.com.

APONTAMENTOS ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MÉDICOS

Júlia Gabriela Fogaça¹

Vitória Rodrigues Herberts²

Yasmin Löff³

Bianca Strücker⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender a responsabilidade civil dos médicos. Assim, pergunta-se: quais os efeitos jurídicos civis do dano causado por médicos? O campo da saúde de maneira geral possui amplo espaço para discussões acerca da responsabilidade civil, seja por suas interpretações ou ligações, uma vez que se discute não apenas a correlação entre médico e paciente, mas também entre médico e hospital e hospital e paciente. A responsabilização envolve em linhas gerais a indenização ou reparação do dano, a partir de aspectos que devem ser provados, entretanto existem correntes que aceitam a cláusula de não indenizar e excludentes de responsabilidade que podem excluir a obrigação da indenização. Dessa forma se discute não apenas a necessidade da indenização em dados casos, como também a subjetividade ou objetividade da responsabilidade civil em cada caso e a relação entre médicos o direito e a bioética. Em termos metodológicos, emprega-se a abordagem analítico-hermenêutica, através de lógica dedutiva em pesquisa qualitativa desenvolvida por pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Dano. Indenização. Hospitais. Médicos. Responsabilidade civil.

COMPETÊNCIA CULTURAL COMO FATOR DE ACESSO AO DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO IMIGRANTE

Cláudia Marília França Lima Marques¹

Janaina Machado Sturza²

Resumo: Os imigrantes enfrentam inúmeros desafios para perfectibilizar o seu direito à saúde. Um dos motivos que impedem o pleno acesso é a falta de competência cultural dos profissionais de saúde para atender esses indivíduos. Assim, a pesquisa tem o escopo de refletir acerca da necessidade de desenvolver a competência cultural dos profissionais de saúde. Acerca da reflexão, a hipótese levantada é a de que a capacidade de compreender e respeitar as diferenças culturais, bem como a disposição de adaptar a prática clínica para atender às necessidades específicas de cada imigrante pode ser fator essencial para quebrar com as barreiras de acesso à saúde deste grupo. Ressalta-se que a metodologia utilizada foi inteiramente bibliográfica, com a abordagem hipotético-dedutiva. Assim, a pesquisa concluiu que desenvolver a competência cultural pode ser um importante passo para garantir que os imigrantes tenham acesso a uma saúde de qualidade.

Palavras-chave: População imigrante. Competência cultural. Direito à saúde.

1 Bolsista Capes Integral. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS. Pós-Graduada em Direito Civil pela Universidade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Pós-Graduada em Direito Penal pela Universidade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta/RS. E-mail: claudia.franca@sou.unijui.edu.br

2 Pós-doutora em Direito pela Unisinos. Doutora em Direito pela Universidade de Roma Tre/ Itália. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Demandas Sociais e Políticas Públicas também pela UNISC. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, lecionando na graduação em Direito e no Programa de pós-graduação em Direito – mestrado e doutorado. Integrante da Rede Iberoamericana de Direito Sanitário. Integrante do grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq). Pesquisadora Gaúcha FAPERGS – PqG Edital N° 05/2019 e Pesquisadora Universal CNPq – Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021. E-mail: janasturza@hotmail.com

JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS COMO FORMA DE GARANTIR O DIREITO À SAÚDE E A TRATAMENTOS ESSENCIAIS À VIDA

Raquel Camargo¹

Guilherme Terra Lirio²

Pedro Henrique da Silva Campos³

Resumo: Este artigo possui como tema a judicialização de medicamentos como forma de garantir o direito à saúde. O objetivo geral busca analisar a efetividade da judicialização de medicamentos como forma de garantir o direito a saúde. O acesso à saúde é direito social de todo cidadão, além de ser considerado um dos principais pilares para garantir a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana, encontrando vasto respaldo na Constituição Federal de 1988. Todavia, embora seja um direito fundamental amparado pela legislação, são recorrentes os casos em que se torna necessário o ingresso com ação judicial para pleitear, perante o Poder Judiciário, o fornecimento do tratamento necessário, ajuizando demanda contra os entes federativos (União, Estados e Municípios). Nesse contexto surge o seguinte questionamento: A judicialização de ações de medicamentos é mecanismo eficaz para garantir o direito do acesso à saúde? Frente a esse questionamento, a técnica utilizada na pesquisa é bibliográfica com lógica dedutiva. Conclui-se portanto que apesar dos desafios área da saúde serem enormes, ainda são necessários maiores investimentos e recursos financeiros para incluir nas padronizações do SUS mais medicamentos para diferente patologias, de modo a evitar o ajuizamento de demandas judiciais e bloqueio bancários que não possuíam previsão no orçamento público. Sendo tal procedimento judicial devido a precariedade do sistema público, ainda um mecanismo judicial valido e efetivo para a obtenção de medicamentos a pessoas necessitadas.

Palavras-chave: Acesso a saúde. Judicialização da Saúde. Poder Judiciário. Direitos Fundamentais. Dignidade Humana.

1 Discente do 5º semestre do curso de Direito, Cruz Alta RS, raquelrc181@outlook.com

2 Discente do 5º semestre do curso de Direito, Tupanciretã RS, guilhermeterra05@hotmail.com

3 Discente do 3º semestre do curso de Direito, Tupanciretã RS, pedrohcampos08@gmail.com

PRÓTESES DE MEMBROS INFERIORES NA FISIOTERAPIA E MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA

Paolo Gomes Palmeiro¹

Vaneza Cauduro Peranzoni²

Resumo: As amputações de MMII representam, 54% das amputações, tendo etiologias diversas, podendo ser traumática por doenças crônicas, entre outras. A amputação acarreta mudanças físicas, psicológicas, sociais e financeiras implicando na alteração da qualidade de vida do indivíduo acometido. A Organização Mundial da Saúde (OMS) descreve qualidade de vida como a “percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Partindo desta definição, é possível perceber que a amputação influencia não apenas fatores da biofísica e fisiologia, como também questões psicológicas, culturais e sociais. Nesse cenário, o uso de prótese surge como uma alternativa de funcionalidade, reinserção social, estética e melhora da autoestima dos indivíduos amputados. Nesse contexto, o presente estudo objetiva, analisar a qualidade de vida de indivíduos após o uso de próteses em membros inferiores associando o papel do fisioterapeuta a esse processo de reabilitação. Metodologicamente, estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva, através de uma revisão de literatura integrativa, com intervalo de tempo de cinco anos (2017-2022), com seleção de artigos em língua portuguesa e inglesa. Por meio da consulta a bases seguintes bases de dados: PEDRo e Scielo. Foram utilizados os seguintes descritores: “Qualidade de vida “membros inferiores “, “amputação”, “prótese”, “reabilitação” e “fisioterapia”. Foram selecionados oito artigos. A partir da investigação percebeu-se que a amputação é um empecilho na qualidade de vida, sendo que o uso de prótese e o processo de reabilitação pela fisioterapia propicia inserção social desses sujeitos, retorno da autoestima e autonomia para realização das atividades diárias. Conclui-se que acerca da qualidade de vida dos pacientes pós amputação o uso

1 Fisioterapeuta (IESA). Mestre em Biociências e Reabilitação (IPA). Doutorando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPS/UNICRUZ). Universidade de Cruz Alta. E-mail: pgppalmeiro@hotmail.com

2 Doutora em Educação (UFSM). Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPS/UNICRUZ). Universidade de Cruz Alta. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br

de próteses oferece melhora na autoestima. Nesse contexto, a fisioterapia em pacientes amputados de membros inferiores é de suma importância, uma vez que esse profissional acompanha o processo de reabilitação de pacientes amputados em todos os estágios, desde o estágio pré-operatório, educação de mobilidade pré e pós protética, e se necessário, em cuidados de manutenção das funções musculoesqueléticas.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Protetização. Membros inferiores. Reabilitação.

UM OLHAR SOBRE O PRECONCEITO ETÁRIO: RELATOS DE CASOS CONTRA AS MULHERES IDOSAS

Adriana da Silva Silveira¹

Camila Kuhn Vieira²

Klaus Vargas Karnopp³

Solange Beatriz Billig Garces⁴

Resumo: Os dados demográficos evidenciam uma ascensão da pirâmide etária mundial, que apresenta um envelhecimento populacional crescente, principalmente na população feminina. Camarano (2014) denomina esse fenômeno como feminização da velhice, referindo-se ao predomínio de mulheres em relação aos homens acima dos 60 anos. Cruzando esses fatores às características da sociedade brasileira patriarcal, que enaltece estereótipos corporais de juventude e beleza, constata-se uma ampliação do sistema de preconceito incidente contra as mulheres em relação à idade. Denominado como etarismo, idadismo ou ageísmo, o ato de discriminação individual ou coletiva, que pode atingir ambos os sexos, em função da idade cronológica ascende principalmente no público feminino. Neste artigo iremos usar as palavras ageísmo, etarismo e idadismo como sinônimas. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar relatos de casos de ageísmo (etarismo e/ou idadismo) contra as mulheres idosas nos diferentes contextos sociais, a partir da dinâmica da colonialidade patriarcal, ainda presente na atualidade.

Palavras-chave: Mulheres Idosas. Ageísmo. Preconceito Etário.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e bolsista (CAPES) código de Financiamento 001, da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: adri01rp@gmail.com

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta - Unicruz. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: camilakuhn1994@hotmail.com

3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta - Unicruz. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: klaus.karnopp@sou.unicruz.edu.br

4 Doutora em Ciências Sociais. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Envelhecimento Humano – GIEEH. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br

GRUPO DE TRABALHO 5:

LINGUAGEM, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AMBIENTE CONSTRUÍDO

A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E SUA FORÇA EXPLORATÓRIA CONTRA O INDIVÍDUO DENTRO DOS ESPAÇOS URBANOS: UMA FORMA DE PENSAR DESCOLONIAL

Tamara Cossetim Cichorski¹

Cláudia Marília França Lima²

Marco Antonio Compassi Brun³

Maria Luiza Vargas Rocha⁴

Resumo: Garantir o meio sadio dentro dos espaços urbanos também é uma forma de inclusão social, pois a qualidade de vida integra a qualidade do meio ambiente e dos espaços construídos pelo homem, levando em conta a característica transversal entre o bem construído e o bem natural. A linguagem da ideologia neoliberal funciona como um meio de explorar o indivíduo tanto na sua força de trabalho como em sua alma, tornando-o responsável pelo processo de exclusão fomentado pelo sistema econômico capitalista com viés neoliberal. Dessa forma, o indivíduo é culpabilizado pelas mazelas decorrentes da desigualdade social. Pensar nos ambientes urbanos ecologicamente equilibrados é também repensar as formas de sociabilização.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Cidades. Neoliberalismo. Ideologias.

- 1 Mestranda em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGD) com Bolsa Gratuidade (UNIJUI). Pós-graduada em Direito Imobiliário pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Endereço eletrônico: tamaracossetim@gmail.com
- 2 Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, com Bolsa Integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: clauf1903@gmail.com
- 3 Mestrando em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGD) com Bolsa Gratuidade (UNIJUI). Graduado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Pós-graduando em Proteção de Dados: LGPD & GDPR pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Endereço eletrônico: marcoantonio_brun@outlook.com
- 4 Mestranda do Programa de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista CAPES/PROSUP. E-mail: maria.luiza@sou.unicruz.edu.br

A MULHER NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE: COMO A DESIGUALDADE DE GÊNERO IMPACTA O ESPAÇO PÚBLICO

Jéssica Cindy Kempfer¹
Melina Macedo Bemfica²
Ana Luísa Dessoy Weiler³

Resumo: O presente trabalho tem como tema perceber qual o papel e o lugar ocupado pela mulher na cidade. Parte-se da hipótese de que a cidade não é um lugar seguro para mulher, refletindo as construções sociais de desigualdade de gênero. Tem como objetivo geral compreender a mulher na cidade e como se deu a construção dos espaços públicos e quais os movimentos necessários para a sua desconstrução. Para atingir o objetivo, o trabalho é estruturado em duas seções, que facilitam a compreensão do tema: a) ser mulher na cidade; e, b) segurança pública, espaço público e gênero. A metodologia utilizada é a hipotético-dedutivo, utilizando-se de conceitos de autores da área do direito à cidade e estudos de gênero.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Cidade. Espaço público.

- 1 Doutoranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ/RS. Bolsista CAPES/PROSUP. Mestra em Direito pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da ATITUS/RS (2018). Integrante do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade”. Professora dos cursos de Direito e Gestão da Ulbra Carazinho/RS. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jessicakempfer@gmail.com
- 2 Doutoranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: melinabemfica@gmail.com
- 3 Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: anadessoweiler@hotmail.com

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA MEDIAÇÃO EM AMBIENTE RURAL

Cláudia Maria Alves Iung¹

Claudia Maria Prudêncio De Mera²

Resumo: A complexidade dos conflitos ambientais, marcados por questões suscitadas pelo crescimento urbano e econômico desordenado e por questões claramente ligadas à habitação à deposição de resíduos sólidos e aos recursos naturais, em particular, necessitam um ajustamento duradouro e concertado pela ação de vários atores, tendo, na participação das mulheres seus acordos fundamentais. Como medida de integração de gênero, a resolução dos conflitos ambientais recontava com a participação das mulheres. Dessa forma, a intenção é reduzir as desigualdades, que por sua vez afetam diretamente o desenvolvimento sustentável. Desse ponto de vista, é importante desenvolver políticas públicas voltadas para a cultura da mediação, uma vez que sua prática pode se estender de espaços regionais a grupos mais extensos da sociedade internacional. E as mulheres têm a capacitância de contribuir para o desenvolvimento sustentável, pois tendem a ser as mais afetadas pelos impactos ambientais negativos em suas comunidades.

Palavras-chave: Gênero 1. Ruralidade 2. Conflito 3. Resolução 4. Desenvolvimento 5.

1 Unicruz, Programa de Pós-Graduação, Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: claudiaiung.advogada@gmail.com;

2 Unicruz, Programa de Pós-Graduação, Cruz Alta, RS, Brasil. E-mail: cmera@unicruz.edu.br.

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SUA IMPREScindIBILIDADE FRENTE AO DESENVOLVIMENTO URBANO

Thainá Sarturi Rocha¹
Mariela Camargo Masutti²

Resumo: Segundo o Ministério do Desenvolvimento, com a urbanização, a demanda de regularização fundiária aumenta exponencialmente, estima-se que 30 milhões de imóveis no Brasil são irregulares. Observa-se que a urbanização crescente não condiz com o índice de regularização demandada. Assim, a busca pela introdução dos conceitos básicos para o incentivo do conhecimento e entendimento do contexto histórico o qual estamos inseridos, é de grande interesse dessa cadeia de valores que, além ajudar na demanda social particular dos cidadãos, poderá melhorar a infraestrutura urbana pública. Objetiva-se discutir conceitos sobre a regularização fundiária, mais especificamente conceitos comumente mais e necessários, pois se tratam de irregularidades frequentes. Além de ser fundamental para dignidade humana, o direito à moradia também pode ser um fator positivo mobilizador de toda a cadeia econômica. Em suma, a regularização fundiária é uma ação ou programa que visa garantir o direito à moradia, o direito à qualidade, urbanística e ambiental.

Palavras-chave: Urbanização. Irregularidade. Infraestrutura. Moradia. Imóvel.

1 Engenheira Civil – UNICRUZ. Thainarocha03@outlook.com.

2 Arquiteta e Urbanista - UNICRUZ . Mestra em Engenharia Civil - UFSM. Docente da Universidade de Cruz Alta. marcamargo@unicruz.edu.br.

DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ECOLÓGICA PARA O MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Ritielle de Souza Zanuso¹

Taciana Marconatto Damo Cervi²

Resumo: A utilização dos recursos naturais e do meio ambiente impacta também no desenvolvimento do ser humano como pessoa digna, pois dessa utilização demasiada da natureza para produção econômica, direitos humanos personalíssimos são significativamente prejudicados. Assim, a partir da pesquisa sobre qual é a importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado para a promoção da dignidade, objetiva-se estudar os impactos da cultura ecológica para a efetivação dos direitos de personalidade. Desse modo, observa-se que o desenvolvimento da cultura ecológica, que visa o meio ambiente ecologicamente equilibrado, como uma possibilidade de espaço hígido para emersão dos direitos fundamentais, o que reflete em um mecanismo de efetivação de proteção dos direitos de personalidade, pois resulta em uma sociedade que assegura a possibilidade de continuação do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que se cuida do meio ambiente e preserva a dignidade das pessoas.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Cultura Ecológica. Direitos de Personalidade. Dignidade.

1 Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Santo Ângelo. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - PROSUC/CAPES.

2 Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Santo Ângelo. E-mail: taciana@san.uri.br.

DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E LIBERDADE: PONDERAÇÕES SOBRE A (IN)CAPACIDADE DE CUIDAR DO MUNDO

*Lizandra Andrade Nascimento*¹

*Sandra Vidal Nogueira*²

*Daniel Rubens Cenci*³

Resumo: O estudo aborda as relações entre desenvolvimento, política e liberdade, propondo uma reflexão sobre a incapacidade do homem moderno de cuidar do mundo. O objetivo primordial é ampliar o entendimento do desenvolvimento, para além dos avanços científicos, tecnológicos e econômicos, contemplando seus impactos nas condições de vida dos indivíduos e na possibilidade de vivência das liberdades. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, buscando subsídios, principalmente, nas obras de Hannah Arendt, Amartya Sen e Serge Latouche. Os resultados apontam para a necessidade de pensar o desenvolvimento como possibilidade de recuperação da capacidade de agir politicamente, substituindo as atitudes de labor e consumo exacerbados pelo *amor mundi*, enquanto respeito ao legado das gerações anteriores e constituição de um espaço propício à vida saudável digna. Nesse contexto, a educação possui relevante papel na formação de indivíduos capazes de pensar, bem como capazes de cuidar de si, dos outros e do ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Política. Liberdade. Cuidado. Mundo Comum.

1 Psicóloga. Doutora em Educação. Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS – Cerro Largo. Docente na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br.

2 Doutora em Educação pela PUC/SP e Pós-Doutora em Direito pela URI/RS, Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul – Cerro Largo. E-mail: sandra.nogueira@uffs.edu.br.

3 Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professor do DCJS - Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI; danielr@unijui.edu.br

DISCUSSÕES SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Bettina Gutteres Menezes¹

Eliara Marin Piazza²

Sandy Cauani Pedroso da Costa³

Andressa Ana Martins⁴

Resumo: A gestão de resíduos sólidos constitui-se um dos maiores desafios não somente para a sociedade brasileira, mas em todo o mundo. As discussões acerca dos resíduos sólidos possuem enfoque no cumprimento da legislação, entretanto é de suma importância discutir questões que envolvam o destino adequado dos resíduos. Neste trabalho, realiza-se um estudo bibliográfico sobre a gestão de resíduos sólidos e busca-se dar ênfase nas informações sobre a adequada forma de descarte e atual situação dos resíduos sólidos no país. Focou-se na bibliografia dos mais diversos autores. Ao final das colocações foi possível perceber que mesmo com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - lei nº 12.305/2010, faz-se necessário conscientizar e sensibilizar a sociedade, principalmente quanto a classificação adequada dos resíduos, pois somente desta forma poderemos reduzir os danos causados ao meio ambiente.

Palavras-chave: Classificação de resíduos. Recursos naturais. Conscientização.

1 Discente do curso de Agronomia, da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: bettinamenezes@gmail.com

2 Engenheira Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutora em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Docente do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: eliarapiazza0@gmail.com

3 Discente do curso de Agronomia, da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: sandy7503@outlook.com

4 Zootecnista pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutora em produção animal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Docente na Faculdade Santo Ângelo. E-mail: andressaanamartins@sejafasa.com.br

DISCUSSÕES SOBRE UM MANEJO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DO SISTEMA DE INTERAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF)

*Sandy Cauani Pedroso da Costa*¹

*Bettina Gutteres Menezes*²

*Raquel Cristine Walker*³

*Eliara Marin Piazza*⁴

Resumo: Para garantir o desenvolvimento e suprir a demanda de alimentos da humanidade nos próximos anos, é necessário pensar em um sistema integrado no qual tenha-se uma maior produção, assegurando a sustentabilidade e que não agrida os recursos naturais. O futuro do agronegócio está através do sistema ILPF onde é possível aumentar a produção de grãos, carne, leite e produtos madeireiros em uma mesma área. São diversos benefícios tecnológicos, ecológicos, ambientais, econômicos e sociais, onde destaca-se a sustentabilidade ambiental, a melhoria da pastagem, o conforto térmico dos animais, e a produção de matéria-prima para energia renovável com a madeira. Contudo, por mais que o sistema seja factível há alguns desafios, como o alto investimento inicial e a dificuldade de acesso a crédito. O presente trabalho teve como objetivo a realização de uma revisão de literatura sobre o sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta, expondo seus principais benefícios e desafios.

Palavras-chave: Sustentabilidade. ILPF. Agrosilvipastoril. Agronegócio. Sistema Integrado.

1 Discente do curso de Agronomia, da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: sandy7503@outlook.com

2 Discente do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ. E-mail: bettinamenezes@gmail.com

3 Discente do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ. E-mail: raquel.walker@sou.unicruz.edu.br

4 Engenheira Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutora em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Docente do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: eliarapiazza0@gmail.com

ESTRATÉGIAS DE VENTILAÇÃO NA ARQUITETURA

*Bianca dos Santos Kensy
Mariela Camargo Masutti*

Resumo: Nos dias atuais, o conforto dentro das edificações vem sendo cada vez mais discutido e também valorizado. Estratégias que proporcionem melhor qualidade de vida para o ser humano dentro dos edifícios vem sendo aplicados desde o início do projeto das construções. A arquitetura bioclimática traz a cada dia meios de proporcionar conforto térmico, e uma forma de se fazer isso é utilizando a ventilação, seja ela por meios mecânicos como ar condicionado, ou por meios naturais com estratégias como a ventilação cruzada, efeito chaminé, evaporação, entre outros. Ao longo da pesquisa foram analisadas informações sobre este assunto, comprovando diversos métodos de refrigerar um ambiente, mostrando a eficácia de utilizar recursos naturais, sustentáveis e renováveis como o vento.

Palavras-chave: Ventilação. Arquitetura. Ventilação mecânica. Ventilação Natural. Estratégias de projeto.

GLOBALIZAÇÃO: REFLEXO SOCIAL

Dulcilene Alves de Melo¹

Sirlei de Lourdes Lauxen²

Solange Beatriz Billig Garcez³

Resumo: Não há um consenso entre os cientistas sociais sobre conceitos de globalização, mas sabemos da importância que tais mudanças ocorram no mundo, no contexto social, econômico e tecnológico, importantíssimas, mas juntamente revelam múltiplas desigualdades nestes contextos, que implicam a necessidade de ações entre os países em prol da melhoria da população planetária. A globalização traz conforto e é irreversível, mas a disparidade econômica cresce de forma significativa, por isso a necessidades de pensarmos o desenvolvimento num contexto mundial que apresente ao homem, dito global, um planeta homogeneizante, que entrelaça a inclusão do homem e o meio ambiente.

Palavras-chave: Globalização, Reflexo Social, Homem, Meio ambiente.

MANEJO DE EFLUENTES DE FRIGORÍFICOS BOVINOS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Andressa Ana Martins¹

Eliara Marin Piazza²

Resumo: O impacto ambiental da produção animal pode existir em diversos elos da cadeia. Analisar e compreender como minimizar esses impactos é fundamental para garantir a sustentabilidade da produção animal. O objetivo deste trabalho foi fazer uma revisão bibliográfica sobre o manejo utilizado em efluentes de frigoríficos bovinos em busca da sustentabilidade. Entre as etapas necessárias para o tratamento dos efluentes estão a remoção de sólidos grosseiros, a equalização e o uso de lagoas de estabilização. O tratamento de efluentes através do uso de lagoas de estabilização é uma prática que possibilita que os frigoríficos de bovinos mantenham a sustentabilidade e a consciência social.

Palavras-chave: Abate de bovinos. Fertilizantes. Impacto ambiental. Lagoas de estabilização. Meio ambiente.

1 Zootecnista, Dra. em Produção Animal. Docente na Faculdade Santo Ângelo. E-mail: andressaanamartins@sejafasa.com.br

2 Engenheira Florestal, Dra. em Engenharia Florestal. Docente na Universidade de Cruz Alta. E-mail: eliarapiazza0@gmail.com

MUITO ALÉM DE ASPECTOS PURAMENTE BIOLÓGICOS. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA FERRAMENTA SOCIAL

*Sabrina Veloso Leal Pereira*¹

*Daiane Caroline Tanski*²

*Vanessa Steigleder Neubauer*³

Resumo: A problemática ambiental passou a ser analisada sob uma dimensão planetária após reunião realizada no Clube de Roma, em 1968 e da Conferência de Estocolmo em 1972 e, desde então, passando a haver uma maior aproximação do homem com os problemas ambientais e abrindo-se espaço nas pautas de debate para tais questões, a educação ambiental surge como o instrumento que altera a educação convencional, à medida que está além de uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia, visando, além da conscientização sobre a utilização racional dos recursos naturais, a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. Desse modo, o texto constitucional e a Política Nacional de Educação Ambiental possibilitam a utilização da Educação Ambiental como instrumento de transformação, para um verdadeiro despertar ecológico que vise o bem-estar da humanidade como um todo.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Despertar Ecológico. Conscientização Ambiental.

1 Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social UNICRUZ – Bolsista CAPES Brasil. E-mail: sabrinavelosoleal@hotmail.com

2 Doutoranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social UNICRUZ – Bolsista CAPES Brasil. E-mail: daitans@hotmail.com

3 Doutora em filosofia UNISINOS. Docente do curso de Pedagogia da Universidade de Cruz Alta – Unicruz, Email: vneubauer@unicruz.edu.br

O CAMINHO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTALISTA BRASILEIRA

*Aline Mello da Costa*¹

*Fabício da Silva Aquino*²

*Isadora Ferraz Reichembach*³

*Manuela Vieira Souza*⁴

Resumo: O presente artigo objetiva-se pesquisar acerca da concretização da legislação ambientalista brasileira, trazendo de uma forma breve a sua importância e meios para realiza-la com êxito, tendo em vista o grande sucesso que o Brasil tem mundialmente acerca das leis ambientais, bem como, conceitos históricos de como chegamos na legislação atual. Pergunta-se: qual o caminho percorrido pela legislação ambientalista brasileira até os dias atuais? Abordam-se os principais desafios desse panorama no viés jurídico e os obstáculos que surgem na criação da norma. Utilizou-se da abordagem quali-quantitativa, em pesquisa procedimentalmente bibliográfica.

Palavras-chave: Legislação, Meio ambiente, Direito Ambiental, Evolução histórica.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Manuela Vieira Souza*¹

*Aline Mello da Costa*²

*Fabricio da Silva Aquino*³

*Isadora Ferraz Reichembach*⁴

Resumo: O presente artigo objetiva-se pesquisar acerca da concretização dos direitos fundamentais aliados ao acesso à informação e justiça no Brasil e sua vinculação com a ocorrência ou não de um desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes. Pergunta-se: a falta de conhecimento de seus direitos assegura à comunidade mais necessitada um pleno acesso a lei e a garantia de um pleno desenvolvimento sustentável juntamente a prevenção do meio ambiente? Abordam-se os principais desafios na linguagem ambientalista e nos obstáculos que surgem durante a própria sobrevivência em contrapartida a do planeta. Utilizou-se da abordagem quali-quantitativa, em pesquisa procedimentalmente bibliográfica.

Palavras-chave: Direito. Desenvolvimento. Rural. Sustentabilidade. Ambiental.

- 1 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, Voluntária do Projeto PIBIC: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE DIREITO, E-mail: manusouza1388@gmail.com
- 2 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, Bolsista do Projeto PIBIC: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE DIREITO, E-mail: alinemellodacosta@hotmail.com
- 3 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, Voluntário do Projeto PIBIC: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE DIREITO, E-mail: faquino016@gmail.com
- 4 Universidade de Cruz Alta, Curso de Direito, Voluntária do Projeto PIBIC: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO ESTADO DE DIREITO, E-mail: isaferrazreich@gmail.com

RACISMO AMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE A INJUSTIÇA AMBIENTAL E SOCIAL

Rogéria Fatima Madaloz¹

Denise Tatiane Girardon dos Santos²

Sirlei de Lourdes Lauxen³

Vanessa Steigleder Neubauer⁴

Resumo: O racismo ambiental é uma forma específica de injustiça ambiental, que se baseia na distribuição desigual dos riscos ambientais e dos impactos negativos sobre comunidades racializadas. Essas disparidades ambientais têm profundas implicações sociais, perpetuando a desigualdade e a marginalização dessas comunidades. Este artigo visa a analisar o racismo ambiental em sua complexidade, explorando suas origens históricas, as disparidades ambientais que resultam dele e as consequências sociais para as comunidades afetadas. Além disso, serão discutidas estratégias de combate a esse problema e a promoção da equidade ambiental. A metodologia utilizada neste artigo é a pesquisa bibliográfica, que consiste na análise e síntese de fontes de informações disponíveis em livros, artigos científicos, relatórios e outras publicações relevantes sobre o tema do racismo ambiental. Essa abordagem permite reunir e examinar criticamente o conhecimento existente, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno em questão. Dessa forma, a metodologia de pesquisa bibliográfica adotada neste artigo permitiu uma abordagem abrangente e crítica do tema do racismo ambiental, explorando suas causas, consequências e estratégias de combate com base em uma revisão aprofundada da literatura disponível.

Palavras-chave: Racismo ambiental. Disparidades ambientais. Justiça ambiental. Impacto social. Equidade ambiental.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Unicruz – Universidade de Cruz Alta. E-mail: rmadaloz@yahoo.com.br.

2 Doutora em Direito pela Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS. Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. E-mail: desantos@unicruz.edu.br.

3 Doutora em Educação (UFRGS) (Pós-Doutorado pela UFRGS). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br.

4 Doutora em Educação (UFSM) (Pós-Doutorado pela UFSM) Docente no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. E-mail: vperanzoni@unicruz.edu.br.

GRUPO DE TRABALHO 6:

**LINGUAGEM, TEORIA CRÍTICA E ESTUDOS
CULTURAIS E DESCOLONIAIS**

REFORMA AGRÁRIA, OCUPAÇÃO TERRITORIAL E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Rodrigo Guedes de Araújo¹

Jefferson William Lopes Almeida²

Deyvison Lopes Siqueira³

Resumo: O presente artigo de cunho bibliográfico, versa sobre a estrutura fundiária brasileira da grande propriedade que se formou ao longo dos anos. Nesse contexto discursivo, o objetivo deste é analisar as diferentes formas de ocupação e acesso à terra e do território, especificamente através dos assentamentos de Reforma Agrária como política pública de Estado, fomentada pelas lutas sociais de acesso à terra que vem sendo promovida pelos Movimentos Sociais. Assim, podemos concluir que a luta dos movimentos sociais tem sido fundamental como estratégia de luta social e política no processo de superação das formas de concentração da terra, mas sobretudo as formas de acesso à terra e ao território a centenas de milhares de famílias assentadas nesses assentamentos como condição de reprodução da vida através da lida com a terra como instrumento necessário ao trabalho.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamento. Estado.

- 1 Doutorando do Programa de Desenvolvimento Social (PPGDS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior (CAPES). E-mail: pedagogodaterra@gmail.com. Militante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA).
- 2 Doutorando do Programa de Desenvolvimento Social (PPGDS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior (CAPES). E-mail: jeffersonlopesalmeida@gmail.com
- 3 Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior (CAPES). E-mail: deyvisonsiqueira@yahoo.com.br

DIREITO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA, DOS ESTUDOS CULTURAIS E DA ABORDAGEM DESCOLONIAL

Rhadson Rezende Monteiro¹

Jean Barbosa dos Santos²

Ana Júlia Caires dos Santos³

Paulo Victor de Souza Vieira Costa⁴

Resumo: Este artigo analisa a legislação de demarcação de terras indígenas, focando nas terras dos povos Pataxós e Tupinambás. A partir das perspectivas da Teoria Crítica, dos Estudos Culturais e da abordagem Descolonial, investiga-se a demarcação como um campo de batalha político, afetado por interesses econômicos e relações de poder que impactam diretamente os povos indígenas. A pesquisa investiga a relação entre a Lei de demarcação de terras indígenas e os conflitos territoriais dos povos Tupinambás de Olivença e Pataxós. A metodologia utilizada combina abordagens quali-quantitativas, como revisão bibliográfica, hermenêutica jurídica e análise de conteúdo. A análise crítica dessas perspectivas teóricas proporciona uma compreensão mais profunda da demarcação de terras indígenas e contribui para a busca de justiça social e autodeterminação dos povos indígenas na região sul da Bahia.

Palavras-chave: Terras Indígenas; Descolonial; Direito; Tupinambá; Pataxó.

1 Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Reda Prodema na Universidade Estadual de Santa Cruz; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo; Graduado em Direito e em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professor Substituto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Analista na Universidade Federal de Santa Cruz. E-mail: advrmonteiro@gmail.com

2 Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental. Afiliação Institucional. E-mail: jean04br@gmail.com

3 Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental. E-mail: anajulia.cairess@gmail.com

4 Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental. E-mail: psvvc2@gmail.com

DIREITOS HUMANOS, COLONIALISMO E EUROCENTRISMO: A NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PENSAMENTO DESCOLONIAL

Cláudia Marília França Lima Marques¹

Marco Antonio Conpassi Brun²

Maria Luiza Vargas Rocha³

Tamara Cossetim Cichorski⁴

Resumo: A teoria dominante dos direitos humanos, historicamente, foi construída com base em recortes exclusivamente europeus, tanto do ponto de vista histórico-geográfico quanto filosófico. Isso resultou na exclusão dos povos não europeus dessa concepção. Nesse sentido, torna-se necessária a desconstrução da visão eurocêntrica dos direitos humanos e a consideração de direitos para além dos aspectos europeus. Diante desse contexto,

- 1 Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí/RS, na Linha de Pesquisa I - Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos, com Bolsa Integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pós-graduada em Direito Penal pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Pós-graduada em Direito Civil também pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta/RS. E-mail: claufl1903@gmail.com
- 2 Mestrando em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGD) com Bolsa Gratuidade (UNIJUI). Graduado em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Pós-graduando em Proteção de Dados: LGPD & GDPR pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. E-mail: marcoantonio_brun@outlook.com
- 3 Mestranda do Programa de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista CAPES/PROSUP. Pós-graduanda em Direito Civil pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Pós-graduanda em Direitos Humanos e Seguridade Social pela faculdade CENES, cascavel/PR. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Faculdade Legale, São Paulo/SP. Pós-graduanda em Direito dos Animais pela Universidade de Lisboa, Portugal. Pós-graduanda em Direito do Trabalho pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Pós-graduanda em Planejamento Previdenciário pela Faculdade Legale, São Paulo/SP. E-mail: maria.luiza.vargas.rocha@outlook.com
- 4 Mestranda em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (PPGD) com Bolsa Gratuidade (UNIJUI). Pós-graduanda em Direito Imobiliário pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Graduada em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Endereço eletrônico: tamaracossetim@gmail.com

o objetivo da presente pesquisa é refletir sobre a teoria dominante dos direitos humanos, com a finalidade de desconstruí-la, defendendo, assim, a elaboração de uma tese a partir do pensamento descolonial. Ressalta-se que a pesquisa adota o método hipotético-dedutivo e utiliza abordagem qualitativa, fundamentada em fontes bibliográficas. Como resultado, constatou-se a necessidade de uma teoria fundamentada no pensamento descolonial, capaz de considerar todos os eventos históricos, geográficos e filosóficos da humanidade, com o objetivo de criar uma tese mais abrangente e inclusiva sobre os direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Teoria Dominante. Pensamento Descolonial.

EPISTEMOLOGIA E SUAS INTERFACES NAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Rodrigo Guedes de Araújo¹

Thaís Pereira dos Santos Souza²

Resumo: O presente artigo tem no seu objetivo principal tecer algumas reflexões sobre as epistemologias presentes nas práticas sociais dos territórios Quilombolas, ressaltando suas práticas sociais e comunitárias, suas formas de interrelação com natureza, cultura e economia local. O estudo partirá do seguinte questionamento: “que práticas sociais e comunitárias têm contribuído para fortalecimentos dos Territórios Quilombolas Baiano? Para elaboração deste artigo bibliográfico utilizamos os seguintes pressupostos teórico metodológicos; Os autores apresentados são: Alves (2020), Elisabetsky (2003), Gidennys (1991) Larchert (2013), Gomes (2019), Santos (2012), Silva (2017), Lima (2015), Fischer (2012), Berthier (2002). Assim, as evidências prescritas desse artigo identifica que as epistemologias negras nas suas diferentes formas foram construídas a partir das lutas e práticas sociais dos das pessoas negras pelo direito e acesso á terra e território.

Palavras-chave: Práticas Socias. Conhecimento. Territórios Quilomboas.

1 Doutorando do Programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Social – PPGDS – MG. E-mail: pedagogodaterra@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

2 Mestranda do Programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Social – PPGDS. E-mail: thaissociais21@gmail.com Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES)

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE RELIGIOSA E O PRINCÍPIO A LAICIDADE ESTATAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Rafaela Giesel Dörr¹

Rafaela Menezes Braga Denis²

Denise Tatiane Girardon dos Santos³

Resumo: A liberdade religiosa constitui-se como direito fundamental, previsto no artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal de 1988. A laicidade estatal marca a separação do Estado e a Igreja, visando a neutralidade estatal, em respeito à pluralidade de crenças. A presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: em que medida o direito à liberdade religiosa e a garantia à laicidade estatal, tem sido contemplada nas diferentes Constituições Brasileiras, ao longo dos períodos históricos? A hipótese consiste em que as Constituições Brasileiras demonstraram, na historicidade, um avanço gradual no que concerne a efetividade destas garantias. Como resultado, compreendeu-se que o direito à liberdade religiosa, assim como, a laicidade estatal, são garantias de suma importância, que favorecem a construção de uma sociedade mais igualitária. Para a elaboração da presente pesquisa, utilizou-se o método dedutivo e as técnicas de pesquisa foram a bibliográfica e a documental, visando analisar a temática proposta.

Palavras-chave: Constituições. Religião. Garantias. Crenças. Princípios.

1 Bacharela em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Bolsista Voluntária do Projeto de Extensão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), “Estado de Direito e Democracia: espaço de afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais”. E-mail: rafaelagiesel@yahoo.com

2 Bacharela em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). E-mail: rafaela.braga@sou.unicruz.edu.br

3 Doutora em Direito pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - Mestrado e Doutorado - PPGPSDS/UNICRUZ. E-mail: desantos@unicruz.edu.br

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ECOLOGIA DE JUSTIÇAS: “O CASO DENILSON” E O POTENCIAL DECOLONIAL DO DIREITO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE NATUREZA PENAL NO BRASIL

Criziany Machado Felix Feijó¹

Vinicius Wildner Zambiasi²

José Francisco Dias da Costa Lyrá³

Resumo: O presente ensaio tem como objeto de estudo a análise do discurso decisório proferido em primeiro grau (*corpus* analítico) no “Caso Denilson” a partir das epistemologias do sul e da coexistência de sistemas diversos de justiça (ecologia de justiças) no âmbito da administração de conflitos de natureza penal (crimes). O enfoque pauta-se, ainda, epistemologicamente, numa abordagem criminológica crítica. A questão norteadora do estudo é o potencial decolonial do Direito em relação ao poder/dever de punir do Estado Moderno Ocidental brasileiro. O escopo é inter-relacionar os

- 1 Doutoranda em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/Santo Ângelo e Doutoranda em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI pela Universidade de Coimbra - UC/PT, Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Fundação Escola Superior do Ministério Público FESMP/RS, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS/Uruguaiana. Advogada. Professora (em licença interesse) do Curso de Direito do Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP/Alegrete. Bolsista Capes na modalidade PROSUC/BOLSA. E-mail: crizianyfelix@gmail.com
- 2 Doutorando em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/Santo Ângelo, Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – UC/PT. Especialista em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FESMP/RS. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo CERS. Advogado. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Univel. Bolsista Capes na modalidade PROSUC/TAXA. E-mail: viniciuszambiasi@gmail.com
- 3 Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Mestre em Desenvolvimento, Cidadania e Gestão pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Especialista em Direito Público pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - IESA, Especialista em Direito Privado pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo - FADISA. Professor titular do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - Doutorado e Mestrado - e da Graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo e professor de Direito Penal na Faculdade CNEC/ Santo Ângelo. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul -TJ/RS. E-mail: jfdclyra@tj.rs.jus.br

contributos teóricos críticos apresentados com a práxis jurídica a fim de verificar o potencial de ampliação do cânone do Direito no âmbito da justiça criminal no Brasil. O estudo conclui, a partir do procedimento de estudo de caso, orientado pela técnica de pesquisa de revisão bibliográfica, que a decisão analisada ampliou o cânone do Direito moderno ocidental, possuindo potencial decolonial.

Palavras-chave: “Caso Denilson”. “Caso Raposa Serra da Lua”. Epistemologias do Sul. Ecologia de Justiças. Decolonialismo.

O DESPERTAR DE UMA MEMÓRIA FAMILIAR NEGRA A PARTIR DO QUILOMBO CAPÃO DOS LOPES - RS

Maurício Lopes Lima¹

Resumo: O artigo é derivado de um projeto maior sobre o processo de descoberta de uma origem quilombola, pelo próprio autor, que problematiza essa descoberta à luz de um determinado contexto, marcado pela lei 4.887/03, que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e institui a autodefinição como critério precípua da afirmação quilombola. O texto compartilha a experiência de pesquisa, analisando a emergência dessas memórias familiares negras à luz da teoria decolonial, tanto para construir a narrativa colocando-se politicamente no texto, quanto para definir estratégias metodológicas capazes de potencializar a investigação e para compreender o porquê dessas memórias terem permanecido silenciadas, embora latentes.

Palavras-chave: Quilombo. Memória. Decolonialidade.

1 Doutorando no PPGH-UPE, bolsista CAPES II. Universidade de Passo Fundo. E-mail: 129477@upf.br

RAÇA COMO MARCA LINGUÍSTICA DA BRANQUITUDE: SE ELES SÃO OS OUTROS, QUEM SOMOS NÓS¹?

Gabriela Felden Scheuermann²

Resumo: Este artigo tem como tema o conceito de raça como instrumento de dominação criado pelos colonizadores para justificar as hierarquias e as relações de poderes na sociedade. O objetivo desta pesquisa é de apontar que a classificação social a partir da raça (brancos e negros; superiores e inferiores; nós e eles) foi uma invenção a fim de manter os privilégios materiais e simbólicos de pessoas brancas e perpetuar o racismo. Com isso, o que se indaga é: Os brancos não possuem raça? Raça é um marcador social que somente existe para as pessoas negras? Para manter a posição de superioridade, silencia-se sobre a posição social de brancos e de quem, afinal, somos nós. Para tanto, adota-se a método de raciocínio dedutivo e a pesquisa classifica-se como bibliográfica. Como conclusão, o colonialismo forjou a ideia de que ser branco é ser neutro e universal e, por isso, pessoas brancas racializam o Outro e não a si mesmas.

Palavras-chave: Branquitude. Outro. Raça.

-
- 1 A escrita presente nesta pesquisa é de uma pessoa branca, portanto, o “nós” refere-se a pessoas brancas.
 - 2 Professora do Curso de Direito da URI Campus Cerro Largo (RS). Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da URI Campus Santo Ângelo (RS). Mestra em Direitos Especiais pela mesma Universidade. E-mail: gabischeuermann.gf@gmail.com

SULEAR E ANTROPIZAR: NARRATIVAS AFRO NO ENSINO DE ESPANHOL - UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Taciani do Socorro da Silva Lima¹

Resumo: Esta análise sistemática tem como objetivo compreender as narrativas afro na valorização e antropização de saberes tradicionais no ensino de língua espanhola. O referencial teórico-metodológico tem base em uma revisão sistemática de literatura pautada nos postulados de: Jiménez; De La Calle (2021), Oliveira (2020), e Sousa Santos; Araújo; Baumgarten (2016), entre outros, em uma breve discussão do tema. A análise dos resultados, por sua vez, evidenciou que inserir tais conhecimentos nas práticas de ensino do espanhol é desconstruir as relações desiguais de saberes nas quais foi pensado o ensino.

Palavras-chave: Narrativas. “Sulear”. Espanhol.

1 Mestranda em Estudos Antrópicos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia da Universidade Federal do Pará – UFPA.



PPG
PSDS
MESTRADO
DOUTORADO



Educação
nas Ciências
MESTRADO E DOUTORADO
UNIJUI

GRUPO DE ESTUDOS
**Docência,
Educação e
Sociedade**



Programa de Pós-Graduação
Aberto Sensus em Direito
Doutorado e Mestrado



Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul
Campus Vacaria



9

786585

614221



EDITORA
ILUSTRAÇÃO